



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

THAÍS SILVA LISBÔA

**“MESMO AS MULHERES AQUI LUTAM PELO DIREITO”:
Movimentos Feministas em Campos dos Goytacazes**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2025

THAÍS SILVA LISBÔA

**“MESMO AS MULHERES AQUI LUTAM PELO DIREITO”:
Movimentos Feministas em Campos dos Goytacazes**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aline Melina Vaz

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2025

THAÍS SILVA LISBÔA

**“MESMO AS MULHERES AQUI LUTAM PELO DIREITO”:
Movimentos Feministas em Campos dos Goytacazes**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Aprovada em 24 de novembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIA REGINA DA SILVA RAMOS CARNEIRO
Data: 04/12/2025 07:31:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Marcia Regina da Silva Ramos Carneiro - Universidade Federal Fluminense



Profª Drª Teresa de Jesus Peixoto Faria - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro

Documento assinado digitalmente
gov.br ALINE MELINA VAZ
Data: 03/12/2025 12:41:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Aline Melina Vaz (Orientadora) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro

“Eles combinaram de nos matar. Mas nós combinamos de não morrer.”

Conceição Evaristo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões. Em especial, às mulheres da minha vida — minha avó Maria do Carmo, minha mãe Rosimere, e minhas tias Sandra, Cátia, Célia e Sônia —, que me ensinaram o verdadeiro sentido de ser forte e de correr atrás dos meus sonhos.

Agradeço ao meu tio César, por sempre me incentivar a perseguir meus objetivos, e ao tio Carlos, que, com seu jeito único e criativo, me apresentou à arte e me fez enxergar o mundo de forma mais sensível. Obrigada por acreditarem em mim.

Registro também meu carinho e gratidão ao meu avô José que sempre foi um exemplo na minha vida. Mesmo hoje, quando meu avô vive em seu mundinho do Alzheimer, seus momentos de lucidez e ternura continuam me fazendo sentir seu apoio e torcida por mim.

Agradeço a companhia e o apoio das minhas primas e irmãs — Nayara, que sempre veio a Campos me visitar e me lembrar das minhas raízes; Laís, minha irmã; Yasmin e Gabriela, minhas primas; e aos meus primos Karina e Yuri, que, mesmo distantes, são parte essencial da minha construção como pessoa. Ao meu sobrinho Davi Lucas, motivo das minhas maiores alegrias, agradeço por me inspirar diariamente a ser uma pessoa melhor e acreditar em um futuro mais bonito e humano. Amo vocês, minha família.

Agradeço ao meu grande amor, Milena Gomes, que, com sua serenidade terrena, me ensinou a pisar no chão e andar sem medo de cair. Com você aprendi a organizar meus pensamentos e concluir minhas ações. Ao seu lado sou tão feliz, e seguimos nos impulsionando mutuamente. Te amo!

Minha grande gratidão à minha companheira de vida, Carolina Juvêncio, que celebrou comigo cada conquista e me mostrou que os sonhos se realizam quando caminhamos juntas — afinal, é como dizemos: *“a maçonaria das garotas, uma sobe e puxa as outras.”*

Agradeço ao meu amorzinho Lucas Tavares, por sempre estar presente com amizade, carinho e apoio incondicional.

À minha grande querida orientadora Melina Vaz, que pegou na minha mão e disse “bora!”, e assim seguimos até o fim — conseguimos, né? Você foi luz na minha trajetória acadêmica. Obrigada por seu cuidado, paciência e por acreditar no nosso trabalho. Te admiro profundamente.

Agradeço às minhas amigas de graduação — Amanda Santos, Samara Souza e Maria Eduarda Vieira —, que tornaram mais leves os dias turbulentos da vida acadêmica. Vocês me

inspiram pela resistência, resiliência e por me lembrarem, todos os dias, que caminhar juntas é o que faz tudo valer a pena.

Agradeço a entrevistada Vera Pletitsch que foi essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa e nos forneceu seu acervo e sua atenção com muito carinho.

Agradeço a banca examinadora — Márcia Carneiro e Teresa Peixoto — que foram extremamente cuidadosas com a avaliação deste trabalho, além do carinho que tiveram comigo ao longo da minha trajetória acadêmica.

Por fim, agradeço à FAPERJ e a UENF por todo apoio institucional, e que fez ser possível minha trajetória acadêmica.

RESUMO

A presente monografia investiga a trajetória dos movimentos feministas em Campos dos Goytacazes durante a década de 1980. O objetivo central foi compreender como essas mulheres se organizaram politicamente e contribuíram para a ampliação dos debates sobre direitos e igualdade de gênero no município. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada na Análise de Conteúdo, a partir de um corpus composto por atas de reuniões e entrevista com uma das militantes desses grupos. As categorias de análise — construção de identidades coletivas, estratégias de mobilização, articulação política, participação institucional e enfrentamento às desigualdades — foram definidas com base na literatura feminista. Os resultados evidenciam que o grupo atuou de forma expressiva na esfera pública local, promovendo debates, manifestações, campanhas de conscientização e articulações institucionais que dialogavam com o contexto de redemocratização do país. A reconstrução da trajetória do Centro de Estudos da Mulher (CEM)/Palavra da Mulher, entre 1983 e 1986, permitiu compreender como o feminismo campista se constituiu como um movimento político, simbólico e educativo. A pesquisa evidenciou também que, embora o lema inscrito na bandeira do município — *“Ipsae matronae hic pro jure pugnant”* (“Mesmo as mulheres aqui lutam pelo direito”) — evoque uma tradição simbólica de protagonismo feminino, a realidade política de Campos dos Goytacazes ainda expressa uma sub-representação significativa das mulheres nos espaços de decisão de poder. Essa contradição revela o abismo entre a memória heróica das mulheres e as barreiras concretas enfrentadas pelas mulheres contemporâneas para exercer a representação política e ocupar lugares de fala legitimados. Os grupos estudados, ao promover debates, intervenções e alianças com sindicatos, universidades e movimentos sociais, buscou tensionar justamente esses limites, reivindicando um espaço que, historicamente, lhes foi negado. O estudo reafirma a relevância da memória dos movimentos de mulheres como parte constitutiva da história política de Campos dos Goytacazes e como prática de resistência e democratização das relações de gênero.

Palavras-chave: Feminismo; Movimentos sociais; Campos dos Goytacazes; Participação política; História das mulheres.

ABSTRACT

This monograph investigates the trajectory of feminist movements in Campos dos Goytacazes during the 1980s. The main objective was to understand how these women organized politically and contributed to expanding debates on rights and gender equality in the municipality. The research adopted a qualitative approach, grounded in Content Analysis, based on a corpus composed of meeting minutes and an interview with one of the activists from these groups. The analytical categories — construction of collective identities, mobilization strategies, political articulation, institutional participation, and confronting inequalities — were defined based on feminist literature. The results demonstrate that the group played a significant role in the local public sphere, promoting debates, demonstrations, awareness campaigns, and institutional articulations aligned with the broader national context of democratization. The reconstruction of the trajectory of the Center for Women's Studies (CEM)/Palavra da Mulher between 1983 and 1986 allowed for an understanding of how feminism in Campos dos Goytacazes emerged as a political, symbolic, and educational movement. The research also revealed that, although the motto inscribed on the city's flag — *"Ipsae matronae hic pro jure pugnant"* ("Even the women here fight for their rights") — evokes a symbolic tradition of female protagonism, the political reality of Campos dos Goytacazes still reflects a significant underrepresentation of women in positions of power and decision-making. This contradiction exposes the gap between the heroic memory of the women and the concrete barriers contemporary women face to exercise political representation and occupy legitimate spaces of speech. The groups studied, by promoting debates, interventions, and alliances with unions, universities, and social movements, sought to challenge these limits, claiming a space that has been historically denied to them. The study reinforces the relevance of preserving the memory of women's movements as a constitutive part of the political history of Campos dos Goytacazes, as well as a practice of resistance and the democratization of gender relations.

Keywords: Feminism; Social movements; Campos dos Goytacazes; Political participation; Women's history.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Bandeira do Município de Campos dos Goytacazes.....	19
FIGURA 2 - Recorte de Jornal Folha da Manhã - CEM/Palavra da Mulher.....	36
FIGURA 3 - Passeata do Centro de Estudos da Mulher – Campos dos Goytacazes, 1985... 36	
FIGURA 4 - Venda de livros no calçadão de Campos na Semana da Mulher promovido pelo CEM	38
FIGURA 5 - Repercussão do Evento realizado pelo CEM/Palavra da Mulher em Campos dos Goytacazes	39
FIGURA 6 - Anúncio de Palestra de Rose Muraro em Campos	43
FIGURA 7 - Reportagem do jornal <i>Folha da Manhã</i> : “Socióloga quer um Ministério que defenda direito da mulher”	47
FIGURA 8 - Crítica à campanha contra prostitutas - Jornal Folha da Manhã (1984).....	51
FIGURA 9 - “Mulheres vão à rua fazer campanha contra violência” - Jornal Folha da Manhã (1985)	53
FIGURA 10 - “Cresce a violência contra as mulheres” - <i>Jornal Folha da Manhã</i> (1986) ...	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Categorias para Análise de Conteúdo	22
QUADRO 2 - Categorias e exemplos extraídos da entrevista e das atas	26

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APOL	Articulação Política
CEM	Centro de Estudos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CIDC	Centro Integrado de Desenvolvimento da Mulher e da Cidadania
EDES	Enfrentamento às Desigualdades
EMOB	Estratégias de Mobilização
FAFIC	Faculdade de Filosofia de Campos
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PINST	Política Institucional
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
UEE	União Estadual dos Estudantes
UC	Unidade de Conservação
UR	Unidade de Referência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. LUTA FEMINISTA E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	15
2 . MÉTODO	20
2. 1. ENTREVISTA	20
2.2. CONJUNTO DOCUMENTAL	21
2.3. ANÁLISE DOS MATERIAIS	22
3. MOVIMENTO FEMINISTA NOS ANOS 1980 EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: CENTRO DE ESTUDOS DA MULHER (CEM) E PALAVRA DA MULHER	25
3.1. CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS	28
3.2. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO.....	32
3.3. ARTICULAÇÃO POLÍTICA	42
3.4. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL	46
3.5. ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES	50
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

A história da cidadania feminina no Brasil revela um percurso marcado pela exclusão das mulheres dos espaços de decisão política, pela restrição de direitos e pela naturalização de desigualdades estruturais. Durante grande parte dos séculos XIX e XX, práticas sociais, dispositivos legais e valores culturais sustentaram a ideia de que a mulher pertencia exclusivamente ao âmbito doméstico, sendo sua participação na esfera pública limitada e, em muitos casos, impedida. Essa condição de subalternidade foi reforçada por legislações como o Código Civil de 1916, que institucionalizou a autoridade masculina e restringiu a autonomia feminina, e por interpretações jurídicas que relativizavam a violência contra a mulher, como a tese da “legítima defesa da honra” (Pitanguy, 2011).

A luta pela superação dessas desigualdades gerou, ao longo do tempo, movimentos organizados que reivindicaram direitos civis, políticos e sociais, inserindo as mulheres no debate público e questionando as bases patriarcais da sociedade brasileira. O feminismo enquanto movimento político, social e intelectual constituiu-se como força essencial nesse processo de transformação, mobilizando diferentes grupos, instituições e gerações na defesa da igualdade de gênero. Nas décadas de 1970 e 1980, esse movimento ganhou fôlego no país, articulando-se à redemocratização e influenciando diretamente a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, que inseriu no texto constitucional princípios de igualdade, proteção contra a violência e reconhecimento de direitos historicamente negados às mulheres (Duarte, 2003).

Embora esses avanços tenham sido significativos em nível nacional, a realidade dos municípios brasileiros revela desigualdades persistentes e expressões locais da luta feminista ainda pouco documentadas. Campos dos Goytacazes, apesar de carregar simbolicamente, em seu brasão e bandeira, o lema “Mesmo as mulheres aqui lutam pelo direito”, possui uma trajetória marcada pela sub-representação feminina na política institucional e pela invisibilização das experiências das mulheres em seus processos de organização coletiva. Essa contradição entre o símbolo oficial do município e a realidade das mulheres campistas evidencia a necessidade de recuperar, registrar e analisar a atuação dos grupos feministas que, mesmo diante de resistências políticas, sociais e culturais, construíram espaços de debate, denúncia e mobilização (Souza, 2011).

Diante desse cenário, é fundamental destacar o movimento feminista em Campos dos Goytacazes nos anos 1980, que constitui o foco desta pesquisa. Nosso objetivo é investigar a trajetória deste movimento feminista, a partir do estudo de caso do grupo *Palavra da Mulher* e do *Centro de Estudos da Mulher*. Buscamos compreender: (i) de que maneira esses grupos se organizaram e articularam pautas feministas em um contexto local conservador; (ii) quais estratégias utilizaram para enfrentar a violência de gênero e promover o debate público; e (iii) de que modo sua atuação dialogou com o movimento constituinte e as mobilizações nacionais feministas. O problema de pesquisa que orienta este trabalho pode ser formulado nos seguintes termos: como o movimento feminista campista dos anos 1980, em especial o grupo *Palavra da Mulher* e *Centro de Estudos da Mulher*, enfrentou as condições adversas da cidade e contribuiu para a construção de uma pauta local de direitos das mulheres?

O método adotado é de natureza qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo (Bardin, 2016). Os materiais utilizados para tal análise foram atas de reuniões, jornais e materiais do período e também uma entrevista oral realizada com uma participante desses grupos na época que oferece um testemunho direto sobre a constituição, os impasses e a memória do coletivo. A pesquisa oral, ao lado do exame de fontes impressas e bibliográficas, permite reconstruir tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos dessa experiência de militância.

Espera-se, evidenciar o papel do grupo *Palavra da Mulher* e do *Centro de Estudos da Mulher* como experiências pioneiras de organização feminista em Campos dos Goytacazes, ressaltando sua contribuição para a problematização pública da violência de gênero e para a inserção da pauta feminista em uma cidade marcada por estruturas patriarcais e conservadoras. Além disso, pretende-se demonstrar como a memória dessas experiências ilumina os desafios atuais da luta feminista local, em especial no que se refere à sub-representação política e à fragmentação dos movimentos contemporâneos.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em três capítulos:

O Capítulo 1, “LUTA FEMINISTA E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES”, apresenta uma revisão teórica sobre a construção das desigualdades de gênero no Brasil, a trajetória do feminismo e os marcos que influenciaram sua institucionalização, contextualizando os debates que fundamentam a análise posterior, além de discutir o contexto político, social e institucional de Campos dos Goytacazes, enfatizando a presença das mulheres na história local e a tensão entre a simbologia do município e sua

realidade política.

O Capítulo 2, “MÉTODOS” apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, descrevendo o delineamento, o *corpus*, as técnicas de coleta e análise dos dados e os critérios de validade utilizados para sustentar a investigação. A escolha metodológica está alinhada ao objetivo central deste trabalho, que consiste em reconstruir e analisar a trajetória do movimento feminista em Campos dos Goytacazes na década de 1980, a partir do estudo do grupo Palavra da Mulher e do Centro de Estudos da Mulher.

O Capítulo 3 “MOVIMENTO FEMINISTA NOS ANOS 1980 EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: CENTRO DE ESTUDOS DA MULHER (CEM) E PALAVRA DA MULHER” dedica-se à análise específica do movimento Palavra da Mulher e do Centro de Estudos da Mulher, reconstruindo sua trajetória, suas estratégias de atuação, seus enfrentamentos e sua relevância no cenário campista da década de 1980.

Por fim, as considerações finais sintetizam os resultados, destacando a importância de preservar a memória dos movimentos de mulheres como parte da história política local e apontando desafios contemporâneos para a luta feminista em Campos dos Goytacazes.

1 . LUTA FEMINISTA E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

A condição de cidadã de segunda categoria da mulher constituiu-se historicamente no Brasil a partir de uma combinação entre práticas sociais, valores culturais e dispositivos legais que reforçaram sua posição de subalternidade. Durante grande parte do século XIX e XX, a cidadania feminina esteve vinculada quase exclusivamente à esfera privada, delimitada pelas funções de mãe e esposa, o que implicava exclusão da vida pública e restrição ao exercício de direitos civis e políticos. Pitanguy (2011) observa que “a mulher ainda era, nas leis e na vida, uma cidadã de segunda categoria no Brasil” (p. 19), evidenciando que a desigualdade de gênero não se limitava às representações culturais, mas encontrava respaldo institucional.

O Código Civil de 1916, ao consolidar a figura masculina como chefe da sociedade conjugal e estabelecer a incapacidade relativa da mulher casada, exemplifica esse enquadramento jurídico da desigualdade, como podemos observar na citação abaixo do artigo 233 do Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe: I – a representação legal da família; II – a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido incumbem; III – fixar e mudar o domicílio da família; IV – autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do lar conjugal.

A posição de cidadania incompleta das mulheres no Brasil não se traduziu apenas na exclusão de direitos civis e políticos, mas também na naturalização da violência de gênero como parte da vida cotidiana. A violência contra a mulher, sobretudo a doméstica, foi por muito tempo interpretada como questão privada, invisibilizada pelo Estado e legitimada por discursos sociais que reforçaram a autoridade masculina. Pitanguy (2011) destaca que, até a década de 1980, crimes cometidos contra mulheres por maridos ou companheiros eram frequentemente justificados pela “legítima defesa da honra”, expressão de um ordenamento jurídico e cultural que subordinava a integridade feminina à honra masculina. Esse contexto demonstra como a cidadania restrita das mulheres estava intrinsecamente ligada à ausência de proteção estatal frente às violações que sofriam em seus próprios lares.

Além da violência física, as mulheres são frequentemente submetidas à violência estrutural, onde a opressão é institucionalizada. Como aponta Duarte (2003), a negação sistemática de direitos e a restrição de sua participação na esfera pública não são apenas atos isolados, mas parte de um sistema que as mantém em uma posição de subalternidade. Essa violência não é visível em um único agressor, mas está enraizada nas leis e costumes que as tratam como cidadãs de segunda classe.

Embora a condição da mulher como “cidadã de segunda categoria” tenha atingido o conjunto das mulheres brasileiras, é necessário destacar que essa exclusão não se manifestou de forma homogênea. As mulheres negras, em razão da sobreposição de opressões ligadas à raça, ao gênero e à classe, vivenciaram uma marginalização ainda mais intensa. Como observa Akotirene (2019), a interseccionalidade é fundamental para compreender que os sistemas de opressão não atuam isoladamente, mas se articulam de modo a produzir desigualdades específicas. Nesse sentido, enquanto as mulheres brancas, ainda que subalternizadas, lograram maior acesso a determinados espaços educacionais e políticos, as mulheres negras permaneceram, em larga medida, relegadas às funções de trabalho doméstico e à informalidade, herança direta da escravidão e da estrutura racializada da sociedade brasileira. Essa condição evidencia que, ao longo da história, a cidadania feminina no Brasil foi hierarquizada, sendo mais restritiva para as mulheres negras, cuja luta por reconhecimento e igualdade implica enfrentar simultaneamente o racismo estrutural e o patriarcado.

As reivindicações da luta feminista no mundo sempre esteve ligada à luta por direitos civis e políticos, especialmente pelo sufrágio universal, no final do século XIX e início do XX. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, o movimento sufragista simbolizou um marco na inserção das mulheres na esfera pública, questionando diretamente a exclusão política que as mantinha como cidadãs de segunda ordem (Duarte, 2003).

No Brasil, essas mobilizações encontraram eco sobretudo nas primeiras décadas do século XX, quando lideranças como Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino se destacaram na defesa do voto feminino, conquistado em 1932. Tais movimentos revelam que, desde seus primórdios, a luta feminista esteve associada à crítica das estruturas patriarcais que limitavam a cidadania feminina e buscava romper com a lógica de invisibilidade.

No processo de redemocratização, o movimento feminista brasileiro desempenhou papel central na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). A campanha “Constituinte

para valer tem que ter palavra de mulher” mobilizou diferentes setores da sociedade e garantiu a presença de pautas femininas na agenda política nacional. A Constituição de 1988 foi um marco, pois eliminou dispositivos discriminatórios do Código Civil de 1916 e consagrou a igualdade formal entre homens e mulheres (Pitanguy, 2011). Além disso, resultou na criação de órgãos como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que institucionalizaram a luta feminista no Estado, permitindo avanços na formulação de políticas públicas.

A presença de mulheres no processo constituinte representou não apenas conquistas legais, mas também o reconhecimento de sua legitimidade como sujeitos políticos. As conquistas feministas se expressaram em diversos campos: a igualdade formal na Constituição de 1988, a criminalização da violência doméstica (Lei Maria da Penha, 2006), e a ampliação das políticas de saúde voltadas às mulheres, como a garantia do direito ao acompanhante durante o parto (Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005). Tais avanços foram acompanhados por fortes resistências, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Enquanto setores conservadores viam as reivindicações feministas como ameaça à ordem tradicional, segmentos progressistas frequentemente relegavam as pautas de gênero a segundo plano diante das lutas de classe (Pitanguy, 2011). Essa resistência evidencia que o feminismo, ao questionar estruturas profundas de poder, enfrentou — e continua enfrentando — barreiras mesmo em espaços que se dizem comprometidos com a igualdade.

Se, por um lado, a institucionalização do feminismo possibilitou conquistas jurídicas, por outro, os grupos não institucionalizados tiveram papel igualmente decisivo. Coletivos, grupos de reflexão e grupos de estudos criados a partir da década de 1970 ampliaram os espaços de debate e conscientização política das mulheres, permitindo articular experiências cotidianas de opressão com as grandes pautas nacionais (Duarte, 2003). Essas iniciativas, muitas vezes autônomas em relação ao Estado e aos partidos, funcionaram como laboratórios de resistência, fomentando lideranças e mobilizações que posteriormente se refletiram na Constituinte e nas políticas públicas. Como ressaltam autoras Costa e Vieira (2023) em *Mulheres da Governança*, a ação coletiva de mulheres em diferentes espaços — formais e informais — foi essencial para transformar a luta feminista em força política capaz de tensionar a estrutura patriarcal do Estado.

A luta feminista em Campos dos Goytacazes é marcada por uma longa história de resistência e participação, que se inicia ainda no período colonial. A figura de Benta Pereira simboliza uma das primeiras manifestações políticas femininas no país. Em 1748, aos 73

anos, liderou uma insurreição contra a Coroa Portuguesa, episódio que deu origem ao lema presente no brasão do município: “*Mesmo as Mulheres Aqui Lutam Pelo seu Direito*” (Lamego, 1974; Souza, 2011). A presença de Benta e de outras mulheres, como sua filha Mariana Barreto, revela que a atuação feminina na esfera pública tem raízes profundas na história campista, ainda que por muito tempo silenciada.

Durante o século XX, a inserção das mulheres no espaço político local ocorreu de forma gradual, mas significativa. Entre as pioneiras na política institucional destaca-se Antônia Leitão de Alvarenga, vereadora entre 1973 e 1976, filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Outras mulheres, como Euzy Moreira Peixoto, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Odete Pereira da Rocha, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Graciete Santana Nogueira Nunes, sindicalista e dirigente partidária, contribuíram para ampliar a presença feminina nos debates públicos e na defesa de direitos (Souza, 2011). Essas trajetórias demonstram que, em Campos dos Goytacazes, a luta das mulheres ultrapassou a esfera doméstica, alcançando o campo político, sindical e cultural. Suas ações, ainda que por vezes marginalizadas, revelam a força e a continuidade de um movimento que questiona a desigualdade de gênero e reivindica espaço nas decisões políticas e sociais do município.

No entanto, a narrativa construída por parte da literatura local sobre o papel da mulher em Campos, como a de Pessanha (1999), tende a romantizar a figura feminina, descrevendo-a como símbolo de bravura e abnegação, sem problematizar as estruturas de opressão que historicamente as relegaram à condição de cidadãs de segunda categoria. Esse discurso contrasta com as análises feministas contemporâneas, que demonstram como as mulheres, especialmente as negras e periféricas, enfrentaram desigualdades acentuadas nas esferas política e social. (Duarte, 2003; Melo & Thomé, 2018, Pitanguy, 2011; Saffioti, 2013; Couto & Ditrich, 2017; Lima, Lino, Natividade & Borges, 2019; Scott, 1995; Collins, 2017; Crenshaw, 1989; Davis, 2016).

A contradição se evidencia também nos símbolos oficiais do município. Como já mencionado, o brasão e a bandeira de Campos dos Goytacazes trazem a inscrição em latim *Ipsae matronae hic pro jure pugnant*, que traduzida significa “*aqui as mulheres lutam pelos seus direitos*” [ver Figura 1]. Embora o lema sugira um reconhecimento histórico da luta feminina, sua presença no emblema oficial não corresponde à realidade política do município,

onde a participação das mulheres nos espaços institucionais de poder tem sido reduzida. Em diferentes legislaturas da Câmara de Vereadores nos últimos 30 anos a representação feminina foi mínima, e em alguns períodos chegou a ser inexistente, revelando um descompasso entre o discurso simbólico e a efetiva inserção das mulheres no campo político local (Crizostomo, 2012).

Figura 1: Bandeira do Município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Portal Oficial de Campos dos Goytacazes - 2025¹

Mesmo diante dessas adversidades, Campos sediou iniciativas importantes protagonizadas por mulheres que se organizaram politicamente em busca de direitos, enfrentamento à violência e reconhecimento social. Contudo, a memória dessas experiências permanece fragmentada, pouco documentada e, em muitos casos, restrita às lembranças das próprias participantes.

A invisibilização das mulheres na história local não se explica apenas pela falta de registro documental, mas também por uma construção simbólica que privilegiou figuras masculinas no campo político, relegando a atuação feminina à esfera doméstica ou a papéis secundários. A ausência de mulheres nos espaços de poder institucional contribuiu para

¹ Ver em: <https://www.campos.rj.gov.br/arquivos/BandeiraCampos.pdf>. Acesso em 20 de março de 2025.

reforçar essa narrativa e dificultar a circulação das pautas feministas no debate público campista.

Entretanto, grupos como o Palavra da Mulher e o Centro de Estudos da Mulher (CEM) romperam com essa lógica, inserindo a pauta feminista na agenda política da cidade, promovendo debates, denunciando violências e articulando-se com outros movimentos no contexto nacional de redemocratização. A importância desses coletivos reside justamente na capacidade de tensionar a estrutura conservadora local e produzir novos sentidos para a participação das mulheres na vida política do município.

2. MÉTODO

A pesquisa adotou como abordagem metodológica a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016; Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021) estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Esse método é adequado para investigações qualitativas que buscam interpretar os sentidos presentes em comunicações verbais e não verbais, permitindo à pesquisadora compreender a complexidade das práticas sociais em análise (Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021).

A Análise de Conteúdo não deve ser entendida apenas como uma técnica, mas como uma metodologia que possibilita a interpretação dos significados contidos nas mensagens, desde que articulada de forma coerente ao referencial teórico e aos objetivos da pesquisa (Bardin, 2016). O referencial teórico utilizado na presente pesquisa constitui-se a partir de uma ampla e interdisciplinar literatura feminista, que aborda aspectos históricos (Duarte, 2003; Pitanguy, 2011; Saffioti, 2013), analíticos (Lima, Lino, Borges & Natividade, 2019; Scott, 1990), epistemológicos (Haraway, 1995), interseccionais (Akotirene, 2019), entre outros. O *corpus* de análise foi composto por uma entrevista semiestruturada realizada com uma das militantes de um grupo feminista que existiu em Campos dos Goytacazes durante os anos 1980, e por um conjunto documental cedido pela interlocutora, incluindo atas de reuniões, recortes de jornais e fotografias.

2. 1. ENTREVISTA

O contato inicial com a participante Vera Pletitsch ocorreu via digital com uma das pesquisadoras em um grupo de Whatsapp formado por feministas da cidade, em 2024. Em 12 de junho de 2025, um contato inicial presencial com a participante foi realizado, quando foi agendado o segundo encontro ocasião em que a entrevista foi conduzida.

A entrevista foi realizada no dia 01 de julho de 2025, de forma presencial, na residência da participante, com duração aproximada de uma hora e registro em áudio. No início da gravação em áudio, foi solicitado formalmente o consentimento da participante, registrado mediante sua manifestação oral de concordância. A entrevistada não-estruturada, começou a partir da seguinte proposição, começou a contar as histórias que viveu no grupo feminista: *Então, “Conta começa contando para a gente, como é que foi, como é que a sua história, com a trajetória do movimento feminista, como é que foi seu envolvimento?”*. A entrevista foi conduzida pelas duas pesquisadoras, autoras da presente pesquisa.

O processo de transcrição foi realizado por meio da plataforma *Turboscribe*, com revisão manual posterior, de modo a assegurar a fidelidade entre a oralidade e o registro escrito. Bardin (2016) ressalta que a validade da análise depende da integridade do *corpus*, sendo essencial preservar tanto a forma quanto o conteúdo dos enunciados.

2.2. CONJUNTO DOCUMENTAL

No decorrer da entrevista, a participante demonstrou disponibilidade em compartilhar materiais de seu acervo pessoal, os quais representam importante fonte documental para a memória do movimento feminista local. Entre os documentos, destacam-se 36 atas de reuniões que aconteceram entre janeiro e dezembro de 1985 (7 destas atas não possuem a data no registro). Além das atas, foram também disponibilizados exemplares do jornal *Mulherio*, e recortes de jornais dos anos 1980 relacionados a pautas dos movimentos feministas da cidade de Campos dos Goytacazes. Todo o material foi digitalizado por meio do aplicativo *CamScanner*, as atas foram datadas e numeradas, compondo o *corpus* documental da pesquisa.

Sendo assim, a constituição do *corpus* documental para esta pesquisa envolveu atas sistematizadas e recortes de jornais. É crucial destacar que a Análise de Conteúdo foi aplicada exclusivamente às atas, por representarem o registro formal das discussões e atividades internas do grupo. Os recortes de jornais serviram como material de contexto, enriquecendo a discussão e a interpretação dos resultados da análise das atas e da entrevista.

2.3. ANÁLISE DOS MATERIAIS

Como já mencionado, a análise do material baseou-se na Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016). Essa abordagem se baseia na definição de unidades de análise que permitem a codificação e a interpretação dos dados. Neste trabalho, foram adotadas as seguintes unidades:

Unidade de Registro (UR): A UR corresponde à menor unidade de sentido do material a ser analisado. Esta unidade de categorização deve estar ligada à identificação de núcleos de sentido que se destacam e se repetem no material, mantendo coerência com os objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa, optou-se por uma categorização temática das unidades de registro.

Unidade de Contexto (UC): A unidade maior que envolve a unidade de registro e permite a compreensão de seu significado. Neste estudo, a unidade de contexto foi o próprio conjunto do material analisado, como a entrevista completa com a militante e os documentos históricos. A leitura dessas unidades de contexto permitiu situar as categorias temáticas em seu contexto social e político, como a trajetória do movimento feminista de Campos dos Goytacazes na década de 1980, e compreender as motivações e os desafios enfrentados pelo grupo.

A escolha e a preparação do material se deram após uma fase de exploração minuciosa. O processo incluiu a leitura e a revisão sequencial de todas as atas, seguido pela organização de seu conteúdo em uma tabela única, facilitando a visualização cronológica e temática das reuniões. Essa etapa inicial alinha-se à "leitura flutuante" preconizada por Bardin (2016), garantindo a familiaridade necessária com o material.

Inicialmente, foram consideradas categorias pré-definidas, extraídas da literatura sobre movimentos sociais feministas (Duarte, 2003): construção de identidades coletivas, estratégias de mobilização, articulação política, participação institucional e enfrentamento às desigualdades. As categorias para análise, os códigos e definições podem ser observados no quadro 1:

Quadro 1: Categorias para Análise de Conteúdo.

Categoria	Código	Definição
-----------	--------	-----------

Construção de identidades coletivas	CIDC	Processos de fortalecimento da identidade feminista e senso de pertencimento.
Estratégias de mobilização	EMOB	Ações e táticas empregadas para divulgar pautas, atrair público e promover a intervenção social e pública.
Articulação política	APOL	Relação e engajamento com outras entidades, movimentos, partidos e figuras públicas para potencializar a ação do grupo.
Participação institucional	PINST	Esforços para formalizar o grupo, influenciar políticas públicas ou intervir em estruturas formais.
Enfrentamento às desigualdades	EDES	Pautas e ações focadas na denúncia e combate às disparidades sociais e de gênero, incluindo a violência.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Após a definição inicial das categorias temáticas (Quadro 1), o rigor metodológico exigiu que estas fossem submetidas a uma validação estrita, conforme os preceitos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) e as diretrizes estabelecidas por Franco (2008). Essa revisão assegurou que as categorias fossem adequadas, precisas e produtivas para o tratamento do material.

A validação apoiou-se em cinco critérios fundamentais:

1. **Exclusão Mútua:** Este é um critério imperativo que garante a coerência da classificação. Ele determina que qualquer Unidade de Registro (UR) extraída do *corpus* só possa ser classificada em uma única categoria. Isso elimina ambiguidades e obriga a pesquisadora a definir qual é o núcleo de sentido predominante de um determinado trecho, mesmo que ele possa tangenciar outros temas (Bardin, 2016).

2. Homogeneidade: Garante que os temas e os conteúdos agrupados sob uma mesma categoria apresentem características ou natureza semelhantes. Em outras palavras, todos os trechos classificados em uma categoria devem se referir a um mesmo tipo de assunto, assegurando a uniformidade interna do grupo temático.
3. Pertinência: As categorias devem ser relevantes e diretamente relacionadas tanto ao conteúdo específico do material analisado (as atas do movimento feminista) quanto aos objetivos centrais da pesquisa.
4. Objetividade: As regras de classificação e as definições das categorias devem ser inequívocas. O critério de objetividade busca minimizar a subjetividade da pesquisadora, garantindo que as definições (e a aplicação dos códigos) sejam claras o suficiente para que outras pessoas cheguem a resultados semelhantes, caso analisassem o mesmo material.
5. Produtividade: As categorias devem ser eficazes. Este critério exige que o sistema de categorias produza informações ricas e resultados relevantes que contribuam significativamente para a discussão e para a resposta dos objetivos propostos pelo estudo (Franco, 2008).

Na fase de exploração do material, aplicou-se as técnicas de codificação e categorização temática. Essas técnicas consistem em transformar os dados brutos (trechos das atas e da entrevista) em informações relevantes e agregadas, de modo a identificar os temas e estruturas de significação (Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021). A etapa final do tratamento do material envolveu a codificação das Unidades de Registro e a triangulação das fontes de dados. O processo de codificação consistiu na aplicação dos códigos definidos (Quadro 1) aos trechos das atas e da entrevista que se alinhavam com os núcleos de sentido identificados.

A preparação do material para a codificação foi realizada de forma rigorosa em fases distintas:

1. Sistematização das Atas: A pesquisadora dedicou-se à leitura exaustiva das atas, numerando-as no caderno e identificando, em cada uma, a data, o tema principal e as citações literais (Unidades de Registro) consideradas mais relevantes para o estudo. Essa seleção foi guiada pela fundamentação teórica e pelos objetivos da pesquisa. Os dados extraídos manualmente foram, então, tabulados e organizados em uma planilha, o que permitiu a visualização integral e cronológica do *corpus* documental.

2. Análise da Entrevista: De forma paralela, utilizou-se a entrevista transcrita para a extração de dados qualitativos. A pesquisadora realizou uma leitura atenta do material e selecionou os trechos considerados importantes por sua densidade de sentido e por sua aderência à fundamentação teórica.

Posteriormente, a codificação foi aplicada diretamente sobre o material sistematizado, com a pesquisadora atribuindo os códigos do Quadro 1 (Ex: EMOB, APOL, EDES) aos respectivos trechos. Para fortalecer a validade e a confiabilidade dos resultados, a pesquisa empregou a triangulação metodológica (Tuzzo; Braga, 2016). Essa estratégia consistiu no cruzamento de duas fontes de dados independentes: 1) o conteúdo dos documentos históricos (atas sistematizadas) e 2) o relato oral (entrevista com a militante).

Ao confrontar o material empírico com as categorias pré-definidas, a triangulação assegurou que o estudo captasse tanto os aspectos objetivos da organização do grupo, registrados nas atas, quanto os sentidos subjetivos e as interpretações atribuídas pela militante. Esse procedimento final garantiu uma análise profunda e sistematizada, concluindo o percurso metodológico da pesquisa.

3. MOVIMENTO FEMINISTA NOS ANOS 1980 EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: CENTRO DE ESTUDOS DA MULHER (CEM) E PALAVRA DA MULHER

O presente capítulo apresenta e discute os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo das fontes empíricas — entrevista e atas — conforme o procedimento metodológico descrito anteriormente. A interpretação dos resultados segue a lógica proposta por Bardin (2016), segundo a qual a análise de conteúdo se realiza por meio da passagem do conteúdo manifesto à compreensão dos sentidos latentes, permitindo relacionar o material empírico às dimensões teóricas que o sustentam. Assim, os dados foram confrontados com autores que discutem a trajetória do feminismo no Brasil (Pitanguy, 2010; Duarte, 2003; Saffioti, 2013; Scott, 1990), bem como com estudos sobre memória e organização coletiva (Franco, 2008; Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021).

O quadro 2 sintetiza as unidades de registro e observações analíticas obtidas na etapa de exploração do material. A partir deles, a análise foi conduzida em torno das cinco categorias temáticas definidas com base na literatura sobre movimentos feministas e na leitura exploratória do *corpus*: construção de identidades coletivas, estratégias de

mobilização, articulação política, participação institucional e enfrentamento às desigualdades.

Quadro 2 – Categorias e exemplos extraídos da entrevista e das atas

Categoria	Exemplos de trechos da entrevista	Exemplos de trechos das atas	Observação analítica
Construção de identidades coletivas	<p>1. “As pessoas achavam que o feminismo era coisa das capitais... e a gente queria mostrar que aqui também tinha movimento.”</p> <p>2.. “Mesmo participando do grupo, mesmo com todas as leituras, pessoas do grupo ainda se submeteram a maridos preconceituosos, machistas.”</p>	<p>1. Curso de filosofia 1x na semana (Ata 6ª, 11ª).</p> <p>2. Relação bibliográfica fazer (Ata 11ª).</p> <p>3. Lista livros que estão sendo trocados: O que é feminismo; Antropologia da Mulher... (Ata 26ª).</p> <p>4. Toda diretoria e membros do CEM Campos pediriam demissão... formando o nosso grupo (Ata 25ª). 5. Fazer samba em época de aula (Ata 1ª).</p>	<p>Evidencia o esforço de formação teórica e de consolidação de uma identidade feminista local, vinculando o aprendizado intelectual à vivência cotidiana. A prática de leitura e estudo coletivo reforça a identidade do grupo como espaço de reflexão e pertencimento.</p>
Estratégias de mobilização	<p>1. “Nós montamos uma banca improvisada ali no calçadão, vendíamos livros e fizemos um varal com papel e caneta, as mulheres podiam escrever e colocar se quisessem. (...) E fizemos uma camiseta para usar no evento que chamava Mulher da Vida.”</p> <p>2. “Marcava encontro na praça porque era o lugar que todo mundo passava, aí aproveitava e já conversava.”</p> <p>3. “Quando tinha evento grande na cidade, a gente ia com faixa, panfleto, tudo, pra chamar atenção.”</p> <p>4. “As reuniões eram aqui, eram à noite, uma vez por semana, e a gente combinava. Numa reunião a gente combinava a pauta da reunião seguinte.”</p>	<p>1. Fazer cartaz sobre prostituição (Ata 2ª).</p> <p>2. Programa na rádio sucesso (Ata 16ª).</p> <p>3. Panfletagem em bares, faculdades. Levar folhetos nas Rádios (Ata 19ª).</p> <p>4. Manifestação... Roupa suja, levar balde, exposição, "lava na rua" (Ata 32ª).</p> <p>5. Dar entrevista na folha da manhã (Ata 33ª).</p>	<p>Demonstra o uso de diferentes espaços públicos (praça, rua, rádio) e privados (casa de uma das militantes), além de eventos culturais para atrair a atenção da população, articulando performance simbólica e práticas educativas. Revela também o papel da criatividade e da comunicação popular como instrumentos de conscientização.</p>

<p>Articulação política</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Participávamos de reuniões junto com sindicatos e outros grupos feministas da região.” 2. “A gente se juntava com o pessoal da universidade pra fazer debate.” 3. “Não era só o movimento daqui, a gente tinha contato com o pessoal do Rio também.” 4. “A gente tinha uma boa relação com o pessoal da FAFIC, porque eles tinham um auditório que não era sempre usado e liberavam pra gente de graça.” 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunião do jornal sobre greve (Ata 1ª). 2. Encontro feminista CEM SP (Ata 5ª, 26ª). 3. Vinda de Mariza Figueiredo (Ata 6ª, 15ª). 4. Lista para pedir ajuda (instituições financeiras, UEE PT, SEPE, FEMAC, CNF) (Ata 36ª). 5. Reunião do PT 7:30 - 8:30 (Ata 36ª). 	<p>Evidencia uma rede de relações horizontais (outros grupos e lideranças feministas) e verticais (universidades, sindicatos, partidos). As convidadas e suas colaborações demonstram a capacidade do grupo de articular-se nacionalmente, trazendo o debate feminista para o contexto local.</p>
<p>Participação institucional</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. “Nós fomos até a Câmara Municipal apresentar nossas reivindicações.” 2. “Teve vez que conseguimos falar com vereador e pedir apoio.” 3. Além das palestras que a gente fazia, eventos... as pessoas começaram a me chamar para fazer palestras, a gente era chamada por escolas, por sindicato, mas assim, por iniciativa das pessoas.” 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Legalização do CEM. Pensar: O que é? O que faz... (Ata 13ª). 2. Entrar com caso do Rio e de Campos. Denunciar (Ata 14ª). 3. Resposta da carta para o CNOM (Ata 9ª). 4. Estaduais que não cumprem leis da creche (Ata 8ª). 5. Votação se apoiam o envio do documento para a Emenda (Ata 36ª). 	<p>Mostra o esforço do grupo em se inserir nos espaços formais de deliberação política, buscando reconhecimento institucional e canais legítimos de participação. Reflete a transição de um feminismo de base para um feminismo de incidência.</p>
<p>Enfrentamento às desigualdades</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. “A gente denunciava a diferença salarial entre homens e mulheres.” 2. “Falava muito sobre violência contra mulher, que naquela época era muito invisível.” 3. “Tinha que lembrar que mulher também tinha direito de estudar e trabalhar.” 4. “Nós começamos em 1986 a pesquisar nos jornais todos os casos que eram noticiados sobre violência contra mulheres.” 5. “A gente recebia muita informação... casos de violência contra mulheres em Campos, inclusive mulheres famosas, mas que não 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quem ama não mata (Ata 8ª). 2. Profissão de maioria feminina. "Não é vista como profissional, educadora, e sim como 2º mãe" (Ata 12ª). 3. Violência contra crianças (Ata 14ª). 4. Entrevistas com empregadas e pobres (Ata 17ª). 5. Palestra sobre Aborto (Ata 29ª). 	<p>Aponta a luta contra desigualdades de gênero e classe, denunciando a violência doméstica e simbólica. As ações indicam o engajamento do grupo na visibilização de temas até então silenciados no espaço público.</p>

	denunciavam porque tinham vergonha.”		
--	--------------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta divisão das categorias do material coletado e analisado propiciou a compreensão da forma como os grupos Centro de Estudos da Mulher (CEM)/Palavra da Mulher construíram práticas feministas em Campos dos Goytacazes nos anos 1980. A seguir cada categoria é apresentada de forma aprofundada, articulando as observações analíticas com dados da literatura.

3.1. CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS

A entrevistada destacou que o grupo era composto majoritariamente por mulheres brancas, de classe média, com formação superior, sendo a maioria atuante na área da educação. Esse perfil social influenciou tanto a forma de organização quanto às pautas priorizadas, refletindo um feminismo fortemente marcado pela formação intelectual e pela atuação docente. Compreender o contexto e a posição social dos sujeitos é essencial para interpretar os sentidos latentes do discurso. Nesse caso, o pertencimento de raça, classe e o capital cultural das integrantes contribuíram para a ênfase em estratégias educativas, uso de linguagem politizada e preocupação com o registro histórico do movimento.

A constituição de uma identidade coletiva no movimento feminista campista pode ser compreendida à luz do que Mariana de Lima Campos (2017) denomina de processo de “*tomada de consciência coletiva*”, momento em que mulheres, ao compartilharem experiências de opressão e subordinação, passam a reconhecer o que têm em comum e constroem uma percepção coletiva de si enquanto sujeitas políticas. Essa construção identitária, segundo a autora, ocorre não apenas no plano simbólico, mas também nas práticas sociais, sendo fortalecida nas redes de relacionamento, na partilha de saberes e nas estratégias de mobilização.

O grupo, composto por cerca de dez a quinze integrantes fixas, funcionava como um núcleo de formação teórica e afetiva, em que se discutiam textos, trocavam-se livros e se promoviam cursos de filosofia e encontros de reflexão (Atas 6^a, 11^a, 26^a). Essas práticas foram fundamentais para a consolidação de uma identidade feminista local, alimentada pela leitura, pela convivência e pela partilha de experiências pessoais. Como observa Gohn (2011),

os movimentos sociais cumprem uma função formadora, pois constroem saberes e valores coletivos a partir da experiência vivida. No caso do Centro de Estudos da Mulher (CEM), o estudo e a convivência foram meios de autoformação e empoderamento.

No entanto, como em outros movimentos feministas, a unidade construída pelo grupo foi atravessada por tensões internas. As atas registram um episódio marcante de cisão (Ata 25^a), quando parte da diretoria decidiu se desligar e “formar o nosso grupo”. A entrevista esclarece o contexto desse rompimento, mostrando que o ponto de conflito envolveu divergências sobre autonomia política e alinhamento partidário. Segundo o relato, o coletivo havia decidido previamente não participar de atos vinculados a partidos, ainda que mantivesse relações cordiais com militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, durante a organização de uma manifestação local, uma das lideranças solicitou que uma companheira levasse o material do grupo a uma mobilização de caráter partidário. Diante da recusa da integrante, que respondeu que “não iria levar, porque isso já estava decidido pelo grupo”, a situação gerou tensão interna e um pedido para que a líder explicasse sua postura na reunião.

Porém, a líder do grupo não compareceu às convocações e passou a circular outras versões do episódio, o que intensificou as desconfianças. A entrevistada relata que, após sucessivas tentativas de diálogo, uma das integrantes propôs: “por que é que nós temos que manter o grupo com ela? vamos fazer outro.” A decisão resultou na saída de parte da diretoria e na criação de um novo núcleo, enquanto as demais mantiveram as atividades sob a denominação Palavra da Mulher (Ata 25^a; Entrevista, 2025). Apesar do rompimento, as integrantes remanescentes não compreenderam a separação como o fim do coletivo, mas como uma continuidade da trajetória do grupo, apenas sem as duas integrantes que haviam se desligado. Como afirma a entrevistada:

A gente continuou como o mesmo grupo, só sem elas. O trabalho não parou, a gente já estava fazendo muita coisa e seguimos normalmente, só mudamos o nome depois pra Palavra da Mulher, mas era a mesma coisa, as mesmas pessoas, o mesmo jeito de trabalhar.

Essa fala evidencia que, para as militantes, a cisão representou menos uma ruptura e mais uma reafirmação da identidade coletiva construída ao longo do tempo. A mudança de nome simbolizou uma nova fase, mas não uma mudança de essência: tratou-se da preservação do mesmo projeto político, dos mesmos vínculos e valores que haviam fundamentado o grupo desde sua origem. A cisão, portanto, não deve ser interpretada como fragilidade, mas como

expressão da natureza dinâmica dos coletivos feministas. Como lembra Campos (2017), os feminismos são múltiplos e tensionados, e é justamente essa diversidade que lhes confere vitalidade. De modo semelhante, Melucci (1996) sustenta que as identidades coletivas se constroem em movimento, através de conflitos e negociações contínuas. No caso campista, a ruptura revelou uma disputa de sentidos em torno do feminismo que se desejava praticar: mais voltado à militância política institucional ou mais enraizado nas experiências comunitárias e na reflexão teórica.

Além da dimensão interna de coesão e pertencimento, a identidade coletiva do grupo também se configurou a partir do modo como foi percebida pela sociedade campista. As atas e os registros de imprensa indicam que a presença pública das mulheres provocava reações ambíguas: por um lado, despertava curiosidade e simpatia em setores progressistas; por outro, gerava estranhamento e resistência em uma cidade ainda fortemente marcada por valores conservadores. Esse “olhar de fora” não era neutro, ele operava como uma força simbólica que delimitava os lugares de fala e os limites da ação política feminina.

Conforme Joan Scott (1990), o gênero deve ser compreendido como uma *categoria relacional*, que estrutura as formas de poder e define os modos pelos quais homens e mulheres são reconhecidos na esfera pública. Nesse sentido, o modo como o *Centro de Estudos da Mulher* e o *Palavra da Mulher* foram vistos e representados ajuda a compreender as tensões entre visibilidade e deslegitimação que acompanharam o processo de construção identitária. A entrevistada lembra que “muita gente achava que feminismo era coisa das capitais, que aqui não pegava”, revelando o desafio de afirmar um movimento feminista em um contexto em que tal pauta era percebida como deslocada da realidade local.

Essa percepção externa também se relaciona ao que Nancy Fraser (2001) denomina de *luta por reconhecimento*, isto é, o esforço de determinados grupos sociais para que suas vozes e experiências sejam consideradas legítimas no debate público. No caso campista, a afirmação da identidade feminista passava necessariamente por conquistar legitimidade simbólica em um espaço político predominantemente masculino. As palestras, cursos, debates e intervenções culturais descritos nas atas demonstram essa busca por reconhecimento: cada evento era uma forma de disputar significado e visibilidade, de afirmar que as mulheres não apenas tinham direito à fala, mas também produziam conhecimento e crítica social.

Nesse sentido, a identidade do grupo foi sendo negociada e reafirmada nas interações com o meio, em um processo de permanente autodefinição. Como propõe Mariana de Lima Campos (2017, p. 48), “os feminismos locais, ao afirmarem sua legitimidade, produzem novas narrativas e deslocam as fronteiras do que é considerado político”. O CEM e o Palavra da Mulher, ao se manterem atuantes apesar das resistências, não apenas construíram uma identidade coletiva entre si, mas também redefiniram o próprio imaginário social sobre o lugar da mulher em Campos dos Goytacazes. Assim, a identidade feminista campista não pode ser entendida apenas como um sentimento interno de pertencimento, mas como o resultado de um processo relacional, atravessado por conflitos, afetos e disputas simbólicas. Ao mesmo tempo em que se afirmavam como coletivo autônomo, as militantes enfrentavam o desafio de serem vistas e ouvidas, e é justamente nessa tensão entre o *eu* e o *outro*, entre o reconhecimento e a resistência, que se consolidou a força política e simbólica de sua identidade.

Em, suma, o movimento feminista campista estruturou-se, inicialmente, com a criação do Centro de Estudos da Mulher (CEM), ativo entre 1983 e 1985, composto, em sua maioria, por professoras, estudantes universitárias e moradoras da área central de Campos dos Goytacazes. Nesse período, o grupo desenvolveu atividades formativas e intervenções públicas sobre desigualdade de gênero, sexualidade e direitos das mulheres. Em 1985, as atas registram um episódio de cisão motivado por divergências quanto à autonomia política e às relações com partidos, especialmente o PT. As integrantes que permaneceram no movimento decidiram manter a atuação sob uma nova denominação — Palavra da Mulher —, sem romper com os princípios, objetivos e repertórios do coletivo original. Sob esse novo nome, o grupo seguiu ativo até cerca de 1986, promovendo palestras, cursos e campanhas de conscientização. Assim, o uso das duas denominações — CEM e Palavra da Mulher — ao longo deste trabalho reflete fases distintas de uma mesma trajetória política e identitária, marcada por continuidade e reconfiguração, e não por ruptura. Quando o conteúdo analisado referiu-se a este aspecto de continuidade entre os grupos, optou-se pela designação “CEM/Palavra da mulher”, quando se desejou evidenciar a fase específica desta trajetória, optou-se pela designação que o grupo tinha naquele momento distinto CEM ou Palavra da Mulher.

3.2. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

As estratégias de mobilização adotadas pelo grupo se apoiavam fortemente em ações de visibilidade pública e comunicação popular. A compreensão das estratégias de mobilização do movimento feminista campista exige situá-las no contexto mais amplo das práticas políticas e comunicativas dos movimentos de mulheres no Brasil dos anos 1980. Nesse período, a redemocratização do país favoreceu o surgimento de novos espaços de ação e expressão política, e os grupos feministas passaram a investir na ocupação simbólica do espaço público como forma de disputar significados e ampliar o debate sobre direitos. Segundo Duarte (2003, p. 52), o feminismo brasileiro desse período “construiu uma pedagogia política própria, ancorada na visibilidade, na comunicação e na criação de repertórios culturais que tornavam pública a experiência das mulheres”.

Nessa perspectiva, as ações do CEM/Palavra da Mulher podem ser compreendidas como parte de um movimento mais amplo de educação política e conscientização social, que fazia da presença pública das mulheres um ato pedagógico. As atas e a entrevista revelam que o grupo combinava práticas de mobilização direta, como panfletagens, manifestações e performances, com estratégias de comunicação popular, utilizando rádios, jornais e eventos culturais como meios de difusão de suas pautas. Utilizando diferentes espaços e meios para difundir suas pautas feministas. Em suas palavras, a entrevistada destaca:

Além das reuniões, a gente saía muito, a gente foi convidada a vários eventos da cidade. (...) Os jornais todos noticiavam, porque os jornalistas todos cobriam as coisas da cidade. Ou a gente dava entrevista, ou a gente mandava release, e eles divulgavam.

O relato demonstra a preocupação do grupo em ocupar o espaço público, e a utilização da mídia local como ferramentas de mobilização e conscientização. Ao organizar eventos, conceder entrevistas em rádios e jornais, e realizar ações performáticas em locais de grande circulação, como o calçadão do centro e a Casa de Cultura Vila Maria, o grupo transformava a visibilidade em instrumento político. Assim, o feminismo campista emergia não apenas como movimento de denúncia, mas também como estratégia pedagógica e comunicativa, capaz de articular saberes acadêmicos, práticas culturais e ação direta na cidade (Duarte, 2003).

Nas atas analisadas, a mobilização aparece de forma igualmente expressiva. O Quadro 2 apresenta ações como: “Fazer cartaz sobre prostituição” (Ata 2ª), “Programa na Rádio Sucesso” (Ata 16ª), “Panfletagem em bares, faculdades, levar folhetos nas rádios” (Ata 19ª)

e a manifestação performática “*Roupa suja se lava na rua, levar balde, exposição, lavar*” (Ata 32^a). Esses registros evidenciam uma atuação múltipla, informativa, performática e pedagógica, que extrapola os espaços fechados de reunião e se projetava no cotidiano da cidade. Essas práticas tinham duplo propósito: sensibilizar a população e afirmar a presença política das mulheres no cenário urbano. Essas ações materializam o que Duarte (2003) chama de *politização do cotidiano*, transformando tarefas domésticas, como lavar roupa, em metáforas públicas de denúncia contra a violência e a opressão. A ação “*Roupa suja se lava na rua*”, realizada no Dia Internacional da Mulher (8 de março), foi destacada pela entrevistada:

Teve um evento que a gente fez no 8 de março, que chamava Roupa suja se lava na rua. A gente levou balde, sabão, bacia, varal e fez uma performance no calçadão. Foi muito falado na cidade, saiu nos jornais, teve gente que achou um absurdo, mas também muita gente se aproximou pra conversar.

Essa prática simbolizou o enfrentamento público da violência e da desigualdade, transformando o espaço urbano em um cenário de denúncia e reflexão. Tal gesto se aproxima do que Scott (1990) define como *produção simbólica do gênero*, pois ao expor temas tradicionalmente relegados ao âmbito privado como o trabalho doméstico e a violência contra a mulher, o grupo ressignificava o papel feminino e o convertia “assuntos domésticos e privados” em tema políticos e coletivos. Esta performance é um exemplo paradigmático de como o corpo feminino, historicamente confinado ao espaço doméstico, é transformado em corpo político, um gesto que, segundo Saffioti (1976), constitui ruptura simbólica com a divisão sexual do trabalho e da esfera pública.

A performance não foi apenas estética, foi uma ação de comunicação política que, ao transpor o privado para o público, desafiava a própria estrutura simbólica do poder masculino local. Segundo Saffioti (2013), tais práticas configuram um processo de ruptura com a ordem patriarcal ao atribuir ao corpo feminino uma função política e pedagógica. O grupo, portanto, não apenas denunciava injustiças, mas reconfigurava a linguagem do protesto, introduzindo símbolos femininos na esfera pública.

Outro aspecto relevante é o uso estratégico da mídia. As matérias publicadas no jornal *Folha da Manhã* (Figura 1) e os programas em rádios locais demonstram que o grupo compreendia o poder da comunicação como instrumento de cidadania. Essa dimensão aproxima o CEM/Palavra da Mulher de práticas contemporâneas de *advocacy*. Essa atuação

pode ser compreendida à luz do conceito de *advocacy feminista*, entendido como uma forma de incidência política e de promoção de causas coletivas que busca influenciar o debate público e a formulação de políticas sob a perspectiva dos direitos das mulheres. Segundo Libardoni:

advocacy denota iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, articuladas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas temáticas no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade (Libardoni, 2000, p. 359).

Nesse sentido, as estratégias adotadas pelo CEM/Palavra da Mulher se alinham a essa visão, ao transformar o engajamento comunicativo em ferramenta de ação política e de democratização da esfera pública. A *advocacy feminista* requer “*uma visão de longo prazo e um planejamento estratégico com metas bem definidas, análise do contexto político e social e o uso de habilidades específicas de comunicação e negociação*” (Libardoni, 2000, p. 367). Assim, as práticas do grupo em Campos dos Goytacazes podem ser lidas como formas de gestão social e cidadania deliberativa, em que a comunicação e a performance pública tornam-se instrumentos de construção política e de expansão da participação democrática.

Além disso, as atas e a entrevista evidenciam uma mobilização baseada em redes horizontais de solidariedade. A presença do grupo em feiras, sindicatos e escolas demonstra uma estratégia de articulação social ampla, que integrava diferentes segmentos da sociedade. Esse tipo de mobilização reflete a noção de “ação coletiva plural” discutida por Pitanguy (2011), em que o feminismo atua simultaneamente como movimento social, espaço de formação e agente político.

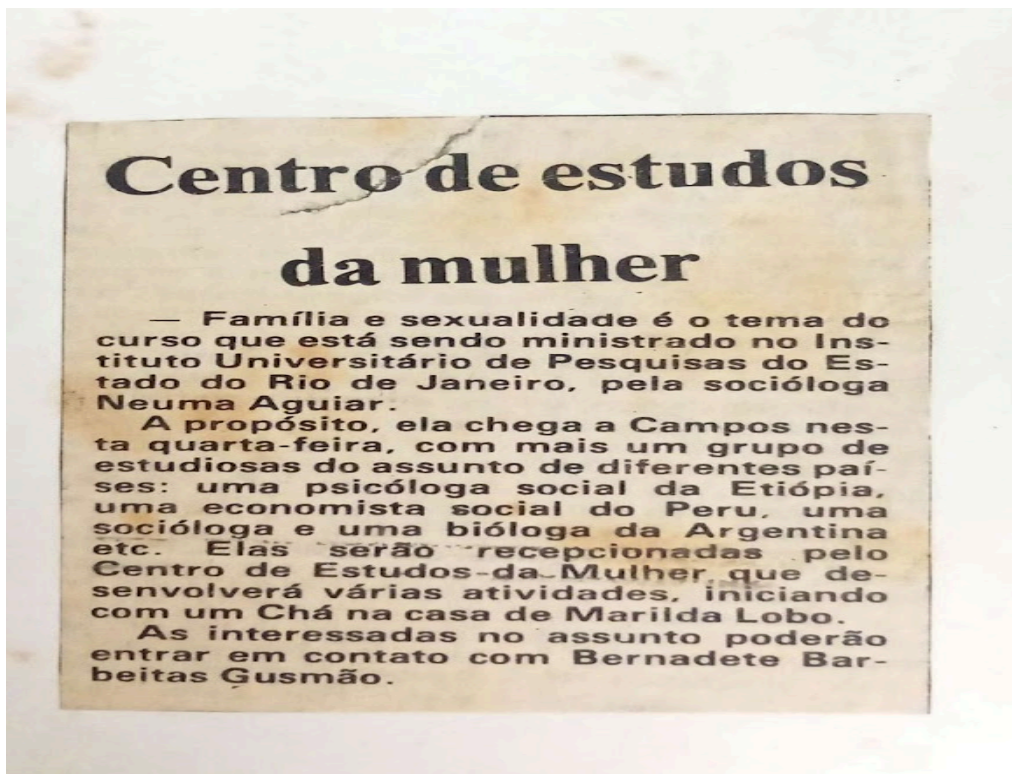
Assim, as estratégias de mobilização do feminismo campista combinaram pedagogia, performance e comunicação como formas de inserção pública e construção de legitimidade. Elas expressam uma prática política situada, nascida de uma realidade conservadora e de um contexto de transição democrática, mas com significados universais para a história das políticas públicas de gênero no Brasil. Ao tornar visível o que era privado e ao reivindicar a cidade como espaço de fala, as militantes do CEM/Palavra da Mulher inauguraram, em Campos dos Goytacazes, um modelo local de participação cidadã feminina que antecipou o espírito participativo da Constituição de 1988. Esse período coincide com o processo de redemocratização do Brasil, no qual os movimentos sociais se reorganizavam após o regime militar. No contexto campista, marcado pela forte presença da elite agrária e de uma cultura

política tradicionalmente patriarcal, o movimento feminista emergiu em meio a tensões entre o privado e o público, o doméstico e o político, dimensões que se entrelaçam nas narrativas da entrevistada e nos registros das atas.

O período de redemocratização no Brasil foi marcado por intensa reorganização dos movimentos sociais e pela retomada da participação popular após décadas de repressão (Pitanguy, 2011). Em Campos dos Goytacazes, um município de forte tradição patriarcal e conservadora, as militantes enfrentaram o desafio de criar espaços de visibilidade e legitimidade. As ações de rua, os debates públicos e o uso dos meios de comunicação local (rádios e jornais) funcionaram como instrumentos de resistência simbólica, ao desafiar a separação entre o espaço doméstico e o espaço público (Scott, 1990).

A utilização de meios de comunicação locais, como o programa de rádio e o jornal Folha da Manhã (Figura 2), demonstram a compreensão do grupo sobre o papel estratégico da mídia na difusão de suas pautas. Como lembra Perrot (2007), o feminismo das décadas de 1970 e 1980 se apoiou fortemente em práticas de comunicação alternativas e populares, capazes de romper com o monopólio discursivo dos grandes veículos e introduzir novas narrativas sobre o lugar da mulher na sociedade.

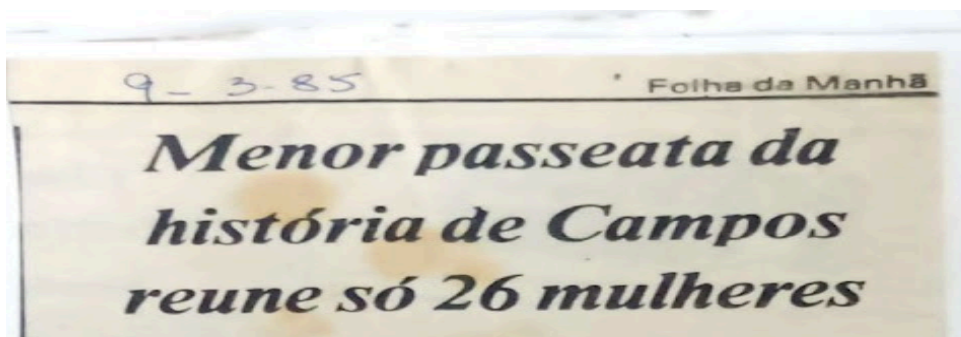
Figura 2 : Recorte de Jornal Folha da Manhã - CEM/Palavra da Mulher



Fonte: Acervo da entrevistada (1984)

A visibilidade do movimento nas páginas dos jornais foi acompanhada por ações diretas no espaço urbano, como as passeatas realizadas no centro da cidade, que representaram um marco na ocupação política das ruas por mulheres em Campos dos Goytacazes. A passeata materializa o processo de transposição do discurso à ação coletiva, em que as militantes tornaram-se presença concreta e contestatória no espaço público historicamente restrito aos homens. Na Figura 3 é possível observar a resistência da mídia local em valorizar o ato político das mulheres como uma ação legítima de reivindicação popular.

Figura 3: Passeata do Centro de Estudos da Mulher – Campos dos Goytacazes, 1985



Fonte: Acervo da entrevistada (1985)

Essa ocupação da rua possui profundo significado simbólico. Conforme afirma Scott (1990), o gênero é também uma forma de significação das relações de poder; ao deslocar o corpo feminino do espaço doméstico para a arena pública, o movimento desafiava a própria estrutura patriarcal da cidade. Em Campos, onde a cultura política era marcada por práticas conservadoras e forte influência religiosa, a presença das mulheres marchando com faixas e cartazes denunciando a violência, reivindicando creches e igualdade de direitos, adquiriu caráter contra-hegemônico.

Os registros da entrevista e das atas reforçam o papel dessas ações como formas de resistência e afirmação identitária: “Quando a gente ia pra rua, era pra mostrar que a mulher daqui também lutava, que não era só nas capitais que tinha feminismo”. Esse testemunho evidencia a dimensão local e periférica do feminismo campista, que se apropriou das ferramentas do protesto urbano para afirmar sua existência política. A passeata, portanto, não se limitou a uma estratégia de mobilização pontual, mas representou uma ruptura simbólica e espacial, ampliando as fronteiras da cidadania feminina no município. Além disso, a participação em eventos culturais e manifestações públicas mostra que o movimento feminista campista não apenas reagia a situações de desigualdade, mas também produzia estéticas próprias de resistência. Outro aspecto importante das estratégias de mobilização foi a interlocução com a classe trabalhadora feminina. O relato da entrevistada reforça essa dimensão ao mencionar que os panfletos eram distribuídos nas portas das fábricas, especialmente no setor têxtil e de alimentação, onde predominava a mão de obra feminina. Essa prática aproxima o grupo campista de experiências feministas operárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, revelando uma rede de trocas e solidariedades, ainda que informal. Como destaca o trecho: “*Quando tinha evento grande na cidade, a gente ia com faixa, panfleto, tudo, pra chamar atenção*”. Essa mobilização pela visibilidade ecoa a concepção de “ação direta feminista”, descrita por Pitanguy (2011), segundo a qual o ativismo de base não depende exclusivamente de mediações institucionais, mas atua pela presença física, pela palavra e pelo símbolo. Em Campos dos Goytacazes, essa presença foi ainda mais significativa por ocorrer em um cenário social de predomínio conservador e religioso, onde a exposição pública das pautas de gênero era frequentemente rechaçada, desvalorizada (ver Figura 3, Figura 5).

As ações do grupo também incluíam atividades voltadas à sustentabilidade financeira de suas iniciativas. Durante a Semana da Mulher de 1985, promovida pelo CEM/Palavra da Mulher, as militantes organizaram uma banca de venda de livros no centro da cidade, conforme registrado nas fotografias a seguir (Figura 4).

Figura 4: Venda de livros no calçadão de Campos na Semana da Mulher promovido pelo CEM.

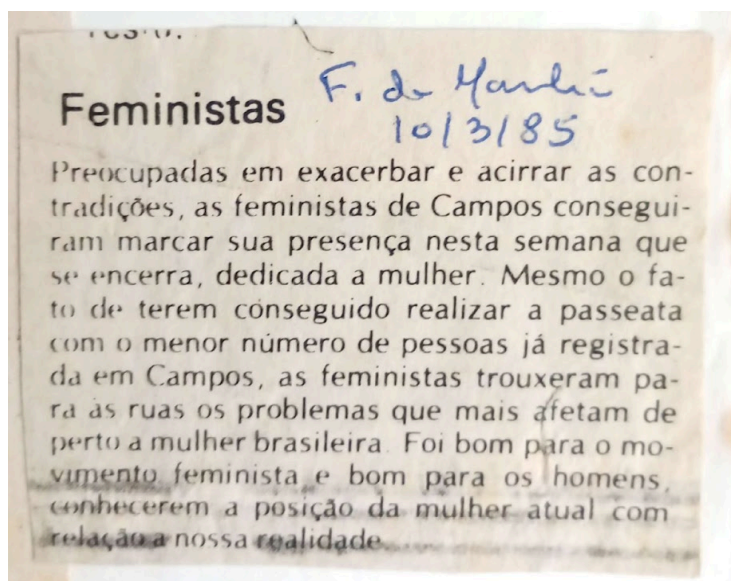


Fonte: Acervo da entrevistada (1985)

Segundo a entrevistada, os exemplares eram fornecidos pela livraria *Noblesse*, que colaborava com o coletivo por meio do repasse de parte das vendas. A arrecadação tinha como finalidade apoiar despesas com eventos, transporte e materiais de divulgação, constituindo uma prática autogestionária e solidária. Essas imagens revelam não apenas uma estratégia de captação de recursos, mas também uma forma de inserção simbólica do

movimento feminista no espaço público, transformando o ato de vender livros em ação política e pedagógica (Duarte, 2003).

Figura 5: Repercussão do Evento realizado pelo CEM/Palavra da Mulher em Campos dos Goytacazes



Fonte: Acervo da entrevistada (1985)

A repercussão registrada na Figura 5 confirma que a visibilidade conquistada pelo grupo não se restringiu aos círculos feministas, mas alcançou o debate público campista. A presença do CEM/Palavra da Mulher nos jornais locais e nas ruas da cidade revela que suas ações conseguiram tensionar o imaginário social de uma Campos dos Goytacazes tradicionalmente conservadora, ao introduzir na esfera pública temas antes silenciados, como a violência doméstica, o trabalho feminino e o direito à cidadania plena. A cobertura jornalística dos eventos refletem tanto admiração quanto resistência da sociedade local diante da atuação das mulheres (ver Figura 3, Figura 5). Esse enquadramento discursivo, revela uma tentativa de “banalizar” o ato político, reforçando a ideia de que a presença feminina na rua não teria força ou relevância.

Contudo, sob uma perspectiva simbólica, essa designação se inverte: ao se apropriar do espaço público e realizar uma passeata em um contexto marcado por forte conservadorismo, o grupo produziu um gesto de ruptura. Como analisa Saffioti (2013), às

contradições do patriarcado moderno residem justamente nessa ambiguidade — a mulher é ao mesmo tempo necessária à vida pública e política, mas sua aparição autônoma é percebida como ameaça à ordem social. Assim, ao realizar “a menor passeata de Campos”, as militantes transformaram a aparente pequenez num ato de afirmação política, performando a desobediência e desestabilizando as hierarquias simbólicas que delimitavam o lugar do feminino na cidade.

Como recorda a entrevistada, “*as pessoas ficavam rindo da gente, dizendo que aquilo era besteira, mas a gente queria mostrar que mulher também podia ir pra rua, que podia falar*”. A fala evidencia a dimensão simbólica do ato: mais do que uma mobilização quantitativa, tratava-se de um gesto performativo de presença, uma forma de ocupar o espaço público e reivindicar visibilidade. Para as militantes, estar na rua, mesmo em um grupo pequeno, significava romper o silêncio e desafiar o olhar social que naturaliza a exclusão feminina das arenas de poder e expressão.

Do ponto de vista metodológico, a triangulação entre as fontes (Bardin, 2016; Tuzzo; Braga, 2016) permite afirmar que o impacto das mobilizações ultrapassou o evento em si, projetando o movimento feminista campista como ator político emergente no contexto de redemocratização do país. A entrevistada reforça esse sentido ao afirmar que “*Depois da passeata e da matéria no jornal, muita gente começou a procurar a gente. Umas pra participar, outras pra criticar, mas o importante é que começaram a ver que existíamos*”. O relato evidencia que a visibilidade, ainda que permeada por tensionamentos, funcionou como catalisadora de novas articulações e debates sobre o papel das mulheres na cidade. Assim, a ação comunicativa (articulando corpo, palavra e imagem) tornou-se um instrumento de construção política, aproximando o feminismo local das estratégias nacionais de mobilização descritas por Pitanguy (2011) e Perrot (2007).

Do ponto de vista teórico, a Figura 5 representa mais que uma ilustração documental: ela simboliza o momento em que o movimento feminista campista rompe o isolamento e inscreve-se na memória coletiva da cidade. Tal processo dialoga com o que Scott (1990) define como *produção histórica de gênero*, em que as experiências femininas passam a compor narrativas públicas, reconfigurando as relações de poder e significação. Em Campos dos Goytacazes, essa inserção foi construída de forma autônoma e resiliente, em meio a contextos de invisibilização. As ações do CEM/Palavra da Mulher demonstram que a mobilização política das mulheres não se deu apenas pela denúncia, mas também pela criação

de espaços de diálogo, formação e solidariedade. Ao atuar simultaneamente na mídia, nas ruas e nas instituições, o grupo consolidou uma prática feminista plural, que se alimentava da vivência local sem perder o vínculo com as pautas nacionais.

As estratégias de mobilização identificadas nas atas e na entrevista revelam que o grupo CEM/Palavra da Mulher desenvolveu práticas políticas inovadoras que uniam engajamento popular, formação política e comunicação social, dimensões essenciais para a consolidação de uma esfera pública democrática. A análise de conteúdo permitiu compreender não apenas o que foi dito, mas como os discursos produziram sentidos e construíram identidades coletivas (Bardin, 2016). No caso do feminismo campista, essas estratégias demonstram a emergência de um novo sujeito político: a mulher do interior como agente pública de transformação social. O conjunto das figuras, atas e entrevistas analisadas demonstra que as estratégias de mobilização do movimento feminista campista foram múltiplas e articuladas, abrangendo desde a ocupação simbólica dos meios de comunicação até a presença física nas ruas e instituições públicas. A convergência entre essas frentes expressa o caráter interseccional e pedagógico da atuação do grupo, que transforma o cotidiano em espaço político e a experiência individual em consciência coletiva (Duarte, 2003).

3.3. ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Os movimentos sociais contemporâneos se estruturam a partir de processos de articulação política que envolvem redes de solidariedade e identidades coletivas compartilhadas, nas quais a ação se define pela interação entre diferentes atores e pela construção de projetos de transformação social (Picolotto, 2007). Essa perspectiva permite compreender o modo como o grupo CEM/Palavra da Mulher também mobilizou alianças com partidos, sindicatos e universidades, configurando uma atuação em rede

No contexto da redemocratização brasileira, tais articulações foram fundamentais para a consolidação do movimento feminista como ator político nacional. Como destaca Duarte (2003), a força do feminismo brasileiro nos anos 1980 resultou, em grande medida, da sua capacidade de diálogo com partidos, sindicatos, universidades e organizações civis, o que

possibilitou a inserção de pautas de gênero na agenda pública. Pitanguy (2011) reforça essa perspectiva ao afirmar que o movimento feminista atuou como um “campo plural de alianças”, em que a diversidade de vozes e a articulação com outros setores sociais foram determinantes para o êxito da mobilização que culminou na Constituinte de 1987-1988.

Em Campos dos Goytacazes, o grupo CEM/Palavra da Mulher seguiu essa mesma lógica de construção de alianças. As atas e a entrevista apontam para uma rede de interações com sindicatos, universidades e partidos políticos, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT) e entidades estudantis como a União Estudantil Estadual (UEE), revelando que o feminismo campista se conectava a um circuito mais amplo de mobilização social. Essa prática dialoga com o que Scott (1990) denomina de “gênero como categoria relacional”, pois a luta das mulheres locais se estruturava não apenas em torno de suas próprias experiências, mas também nas intersecções com outras formas de ação coletiva e institucional.

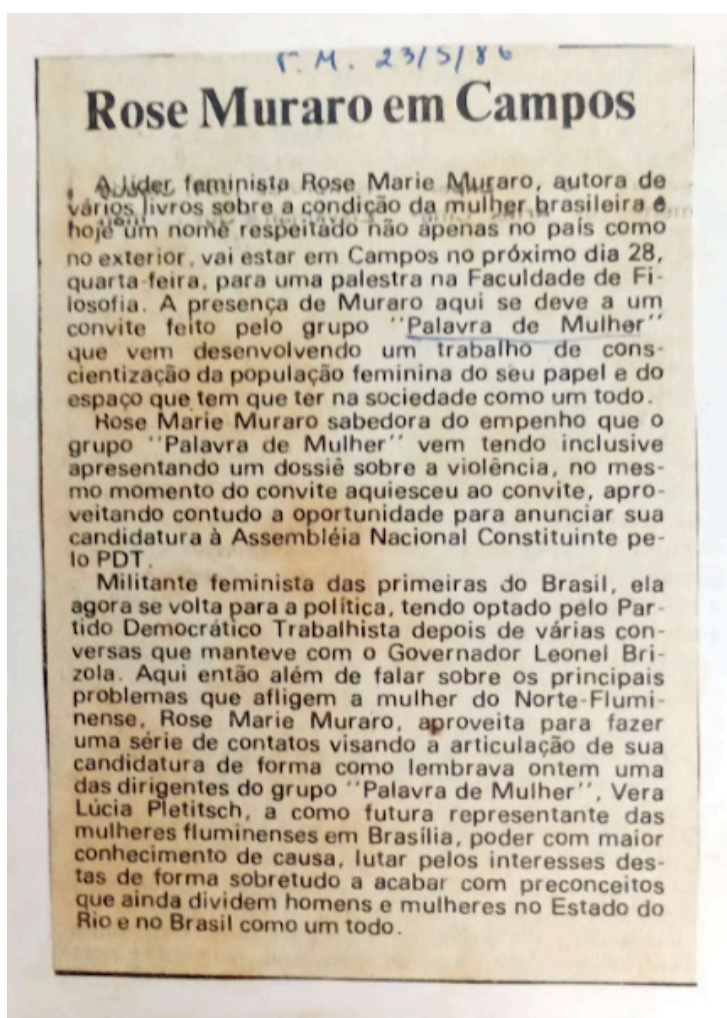
As atas documentam convites, preparativos para participação em eventos feministas de alcance nacional e, sobretudo, a vinda de palestrantes de destaque para Campos dos Goytacazes, como Rose Marie Muraro (Figura 6), Lélia Gonzalez e Mariza Figueiredo. Esses registros evidenciam a inserção ativa do grupo em redes ampliadas de mobilização e circulação de ideias.

O recorte de jornal apresentado na Figura 5 reforça esse protagonismo ao noticiar a visita de Rose Marie Muraro, convidada para uma palestra na Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC). O texto menciona que Muraro, reconhecida nacionalmente por sua produção sobre a condição da mulher brasileira, aproveitou a ocasião para anunciar sua candidatura à Assembleia Nacional Constituinte pelo PDT. Esse dado revela como as fronteiras entre ativismo feminista e militância partidária se tornavam porosas no contexto de redemocratização, quando intelectuais e militantes transitavam entre os campos da cultura, da política institucional e do movimento social.

A entrevistada confirma que o grupo se articulava com diferentes esferas (professores, estudantes, jornalistas e lideranças políticas) construindo uma rede de colaboração que envolvia a FAFIC, o Palácio da Cultura, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a União Estadual dos Estudantes (UEE). Como ela relata, “*os jornais todos noticiavam... e as rádios também*”, e muitas atividades eram realizadas “*entre amigos*”, com poucos recursos e baseadas em laços

de solidariedade. Essas práticas confirmam o que Melucci (1989) e Gohn (2011) descrevem como a atuação em redes flexíveis e horizontais, nas quais a influência deriva menos da estrutura formal e mais da densidade das conexões locais e da capacidade de ativar recursos simbólicos e humanos em momentos estratégicos. O intercâmbio com figuras como Muraro e Gonzalez ilustra o caráter translocal do feminismo brasileiro (Alvarez, 1990), cuja força reside em articular escalas locais, regionais e nacionais em torno de projetos de transformação social.

Figura 6: Anúncio de Palestra de Rose Muraro em Campos



Fonte: Acervo da entrevistada (1986)

Entretanto, o *corpus* também evidencia os custos políticos dessas articulações. Como já mencionando em seção anterior, a cisão do grupo foi marcada por conflitos em torno da liderança e seu envolvimento com o Partido dos Trabalhadores (PT), e resultou no afastamento da coordenadora do coletivo e de uma integrante, enquanto as demais permaneceram atuando sob a nova denominação Palavra da Mulher. Esse episódio ilustra como alianças e confluências, embora essenciais para a expansão dos movimentos, podem também gerar fragmentações internas quando colocam em tensão questões de identidade, estratégia e autonomia política. Alianças ampliam recursos, porém podem comprometer agendas e autonomia (Alvarez, 1990). A tensão em relação ao PT aparece nos registros como ambivalente: havia cooperação logística (alguma “bancada” de apoio, participação de figuras petistas em palestras), mas também uma preocupação com a manutenção da autonomia do grupo. Do ponto de vista estratégico, a articulação com universidades e centros culturais aparece no *corpus* como uma opção deliberada de “formação” e de construção de legitimidade: o grupo realizava cursos, trocas bibliográficas e eventos acadêmicos (curso de filosofia, listas de leituras), aproximando-se de um circuito que potencializava sua capacidade de produção de conhecimento e memória (livros, atas, “livro de ouro”). Essa escolha explica tanto a forte presença de professoras entre as militantes quanto a opção por espaços que, apesar de restritos socialmente, ofereciam proteção simbólica e visibilidade analítica, práticas que são entendidas como politização do cotidiano e institucionalização estratégica da pauta de gênero (Duarte, 2003; Pitanguy, 2011).

A mídia local, por sua vez, funciona no *corpus* como meio de escalada política: relatos e atas mostram que matérias e entrevistas geravam repercussão imediata: “*Depois da passeata e da matéria no jornal, muita gente começou a procurar a gente*”, o que confirma a adequação da tática midiática para projetos que visam transformação simbólica e expansão de base. Essa relação instrumental com jornal e rádio ressoa com Perrot (2007): o CEM/Palavra da Mulher usou a imprensa local não só para denunciar, mas para criar uma presença política contínua e pública, capaz de tensionar o imaginário conservador da cidade.

Além das ações de visibilidade pública e presença midiática, as atas do grupo evidenciam uma intensa articulação política e institucional, marcada por trocas, parcerias e inserções em diferentes arenas de poder local e nacional. Os registros documentam atividades como a “*reunião do jornal sobre greve*” (Ata 1ª), que demonstra a proximidade do grupo com pautas trabalhistas e com o contexto sindical da época; o “*encontro feminista do CEM*

em São Paulo” (Atas 5ª e 26ª), que confirma sua participação em circuitos feministas de alcance nacional; e a “*vinda de Mariza Figueiredo*” (Atas 6ª e 15ª), integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, evidenciando o diálogo com instâncias federais de formulação de políticas para mulheres.

Também aparecem nas atas registros de solicitações e convites dirigidos a instituições financeiras e organizações políticas, como a “*lista para pedir ajuda (instituições financeiras, UEE, PT, SEPE, FEMAC, CNF)*” (Ata 36ª), bem como o apontamento de uma “*reunião do PT 7h30–8h30*” (Ata 36ª). Tais anotações revelam não apenas uma dimensão operacional e logística, mas também a inserção cotidiana do grupo em redes políticas formais, que eram ativadas de modo estratégico para garantir infraestrutura, apoio e legitimidade pública.

3.4. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

A categoria participação institucional permite compreender as formas pelas quais os movimentos sociais, historicamente construídos na base da ação coletiva e da mobilização popular, buscaram ocupar também os espaços formais de deliberação e interlocução com o Estado (Scherer-Warren e Lüchmann, 2011).

Como destacam Scherer-Warren e Lüchmann (2011), a ampliação das arenas participativas na América Latina, especialmente a partir da redemocratização, representou não apenas um avanço nas relações entre sociedade civil e poder público, mas também um rearranjo nas estratégias políticas dos movimentos sociais, que passaram a combinar práticas de contestação com mecanismos de cooperação e negociação institucional. Nesse sentido, a inserção dos movimentos em conselhos, conferências, audiências públicas e processos de legalização reflete o que as autoras denominam de “processo de aprendizado político”, no qual a participação se torna instrumento de formação cidadã, de produção de novas linguagens democráticas e de transformação simbólica das relações entre Estado e sociedade. Essa institucionalização, contudo, é marcada por ambivalências: enquanto amplia a visibilidade e o poder de influência dos movimentos, pode também produzir burocratização e perda de autonomia, exigindo um equilíbrio constante entre presença no espaço público e preservação de sua identidade política.

No caso do grupo CEM/Palavra da Mulher, a documentação analisada revela um percurso de aproximação gradual com as instâncias institucionais, marcado por iniciativas de legalização, interlocução política e formalização de demandas. As atas do coletivo mencionam discussões como *“Legalização do CEM. Pensar: o que é? o que faz...”* (Ata 13^a), evidenciando a preocupação das militantes em definir juridicamente o papel do grupo e em construir uma identidade pública reconhecida pelo Estado e pela sociedade. Tal iniciativa refletia uma compreensão amadurecida sobre a importância da formalização enquanto instrumento de legitimidade política, capaz de assegurar continuidade e representatividade às ações do movimento.

Paralelamente, o grupo também se engajava em práticas de controle social e denúncia institucional, como se observa em registros de ações voltadas à fiscalização das políticas públicas: *“Estaduais que não cumprem leis da creche”* (Ata 8^a) e *“Entrar com caso do Rio e de Campos. Denunciar”* (Ata 14^a). Tais anotações demonstram que o coletivo exercia funções típicas de *advocacy* e monitoramento de direitos, antecipando práticas que, anos mais tarde, seriam reconhecidas como pilares da participação social nos conselhos e conferências de políticas públicas.

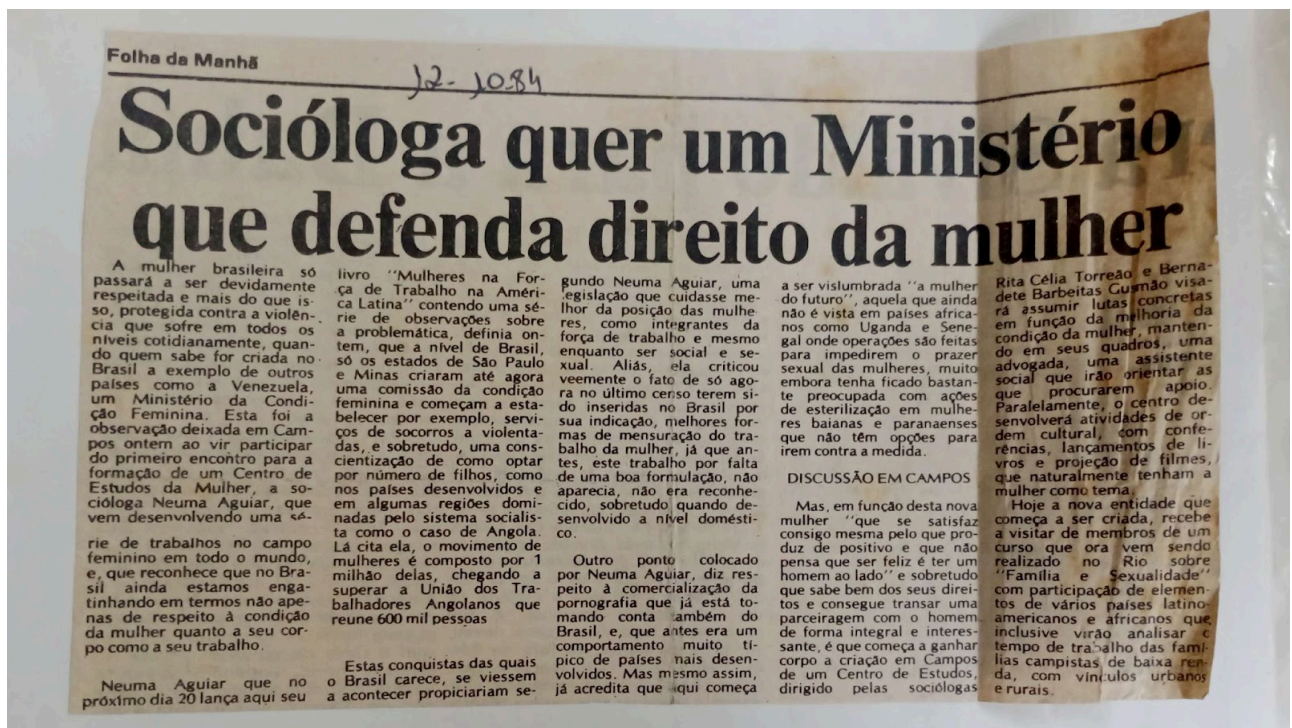
Além das iniciativas formais, as falas da entrevistada revelam que o grupo buscava interlocução direta com o poder legislativo e com instituições educacionais e sindicais. Segundo ela, *“Nós fomos até a Câmara Municipal apresentar nossas reivindicações. Teve vez que conseguimos falar com o vereador e pedir apoio.”*. Essas passagens indicam um esforço de diálogo direto com representantes políticos, o que, em nível local, configurava uma importante estratégia de visibilidade e inserção institucional. A presença em escolas e sindicatos, conforme a entrevistada também recorda, fazia parte de um processo de reconhecimento social que ultrapassava os limites da militância interna e projetava o grupo como referência pública na pauta de gênero.

Um exemplo significativo desse diálogo entre o movimento local e o campo acadêmico pode ser observado na visita da socióloga Neuma Aguiar a Campos dos Goytacazes, em outubro de 1984, para participar do encontro que resultaria na formação do Centro de Estudos da Mulher (CEM). A presença de Neuma Aguiar, uma das pioneiras na institucionalização dos estudos de gênero no Brasil, evidencia a relevância das conexões entre o feminismo universitário e o movimento social campista.

Conforme noticiado pelo jornal *Folha da Manhã* (Figura 7), a pesquisadora defendeu a criação de um Ministério da Condição Feminina, inspirado em experiências internacionais, e enfatizou a importância de políticas públicas de combate à violência e promoção da igualdade de gênero. A reportagem também menciona que a visita da socióloga esteve associada às discussões sobre a fundação do CEM, reforçando o caráter político e intelectual do evento.

Essa interlocução entre pesquisadoras, militantes e instituições locais confirma o que Scherer-Warren e Lüchmann (2011) descrevem como “hibridização das arenas participativas”, nas quais os movimentos sociais atuam simultaneamente como agentes de mobilização e de produção de conhecimento. A participação de intelectuais como Neuma Aguiar nesse processo não apenas conferiu legitimidade acadêmica ao grupo, mas também inseriu Campos dos Goytacazes na geografia política do feminismo brasileiro dos anos 1980.

Figura 7: Reportagem do jornal *Folha da Manhã*: “Socióloga quer um Ministério que defenda direito da mulher”.



Fonte: Acervo da entrevistada (1984)

A presença da socióloga Neuma Aguiar em Campos dos Goytacazes, noticiada pela imprensa local, ilustra a relevância das conexões estabelecidas entre o movimento feminista campista e o campo acadêmico brasileiro nos anos de 1980. Reconhecida por sua contribuição à sociologia do trabalho e aos estudos de gênero, Aguiar representava uma geração de intelectuais que buscava articular pesquisa científica e militância política, defendendo a criação de estruturas institucionais voltadas à promoção dos direitos das mulheres, como o proposto *Ministério da Condição Feminina*. Sua vinda para participar da formação do Centro de Estudos da Mulher (CEM) reforça o caráter formativo e político desse espaço, concebido como ponto de encontro entre ativismo e produção de conhecimento.

A reivindicação pela criação de um Ministério que tratasse das particularidades da mulher na sociedade brasileira, foi deveras importante no âmbito nacional para diversas conquistas que garantiram o direito de participação feminina e a proteção institucional por parte do Estado. O discurso de Neuma no jornal de veiculação no município de Campos dos Goytacazes é aliado ao contexto de discussões nacionais sobre a condição da mulher.

Em 1985, no bojo do movimento pelas Diretas Já e pela democratização da esfera federal, um grupo de mulheres de todo país visita Tancredo Neves, que era, então, governador de Minas Gerais, solicitando que, se ele fosse eleito presidente, apresentasse ao Congresso Nacional a proposta de criação de um órgão federal com o objetivo de orientar a Presidência [da República (PR)] e os demais ministérios em políticas públicas para a mulher, assim como desenvolver políticas e projetos. Nasceu desta iniciativa o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Tancredo Neves comprometeu-se formalmente a lutar pela criação deste órgão e mandar para o Congresso Nacional um projeto de lei (PL). Não queríamos que este órgão, que inauguraria uma perspectiva de democracia com igualdade de gênero, fosse criado a partir de um decreto. A morte de Tancredo Neves implicou um resgate de seu compromisso e um trabalho de articulação e *advocacy* junto ao novo presidente, José Sarney, e ao Congresso, para que o CNDM viesse a ser criado, o que, efetivamente, aconteceu em agosto de 1985, com a Lei no 7.353 (Pitanguy, 2011, p.21).

Esse processo de criação do CNDM, conforme destaca Pitanguy (2011), evidencia a consolidação de uma agenda feminista institucionalizada no país, articulada às lutas democráticas do período. Nesse contexto de redemocratização e de crescente institucionalização das pautas de gênero no Brasil, o grupo CEM/Palavra da Mulher, em Campos dos Goytacazes, insere-se como expressões locais de um movimento nacional de articulação entre o ativismo feminista e o campo intelectual. A presença de Neuma Aguiar na

formação do CEM não apenas simboliza a circulação de repertórios e saberes entre diferentes espaços do feminismo brasileiro, mas também evidencia a forma como as agendas nacionais, como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a defesa por políticas públicas voltadas à igualdade de gênero, repercutiram em iniciativas locais de organização e mobilização. Assim, o grupo campista se constituiu como um espaço híbrido, articulando produção de conhecimento e ação política, configurando-se como uma instância intermediária entre o movimento social e a esfera pública, conforme sugerem Scherer-Warren e Lüchmann (2011) ao tratarem da hibridização das arenas participativas.

3.5. ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES

O enfrentamento às desigualdades constitui uma das dimensões centrais da atuação dos movimentos feministas e, no caso do CEM/Palavra da Mulher, expressa-se na tentativa de transformar realidades marcadas por assimetrias de gênero, classe e poder. Segundo Santos e Oliveira (2022, p. 117), “as desigualdades não se reproduzem apenas na estrutura econômica, mas atravessam os campos simbólicos e culturais”, o que exige práticas políticas capazes de articular conscientização, formação e ação coletiva.

A partir dessa perspectiva, compreender a trajetória do CEM/Palavra da Mulher implica reconhecer que suas ações ultrapassaram a denúncia das opressões e buscaram a reconstrução de significados sociais sobre o lugar da mulher na cidade. As reuniões e campanhas promovidas pelo grupo, como as discussões sobre creches, o combate à violência doméstica e a valorização da mulher trabalhadora, indicam uma agenda voltada à transformação das relações sociais em múltiplos níveis. Nesse sentido, o coletivo atuava como um espaço de educação política e de elaboração de uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero, alinhando-se ao que Santos e Oliveira (2022) denominam de “ação feminista de enfrentamento estrutural”, na qual a prática cotidiana se converte em forma de resistência social, conforme relata a militante entrevistada: *“a gente falava sobre a vida das mulheres da fábrica, sobre como o salário delas era menor, e que isso não era normal”*. Essa fala sintetiza a postura de enfrentamento que o grupo assumia, vinculando as desigualdades materiais às simbólicas e promovendo o debate público sobre temas até então silenciados na esfera local.

De acordo com Santos e Oliveira (2022, p. 120), esse tipo de atuação feminista tem como característica “a criação de novas linguagens políticas e a construção de alternativas emancipatórias nos territórios onde as desigualdades se reproduzem”. Tal formulação aplica-se ao contexto campista, no qual o CEM/Palavra da Mulher se tornou um núcleo irradiador de novas formas de cidadania, possibilitando que as mulheres se reconhecessem como sujeitas políticas e interlocutoras legítimas do debate público.

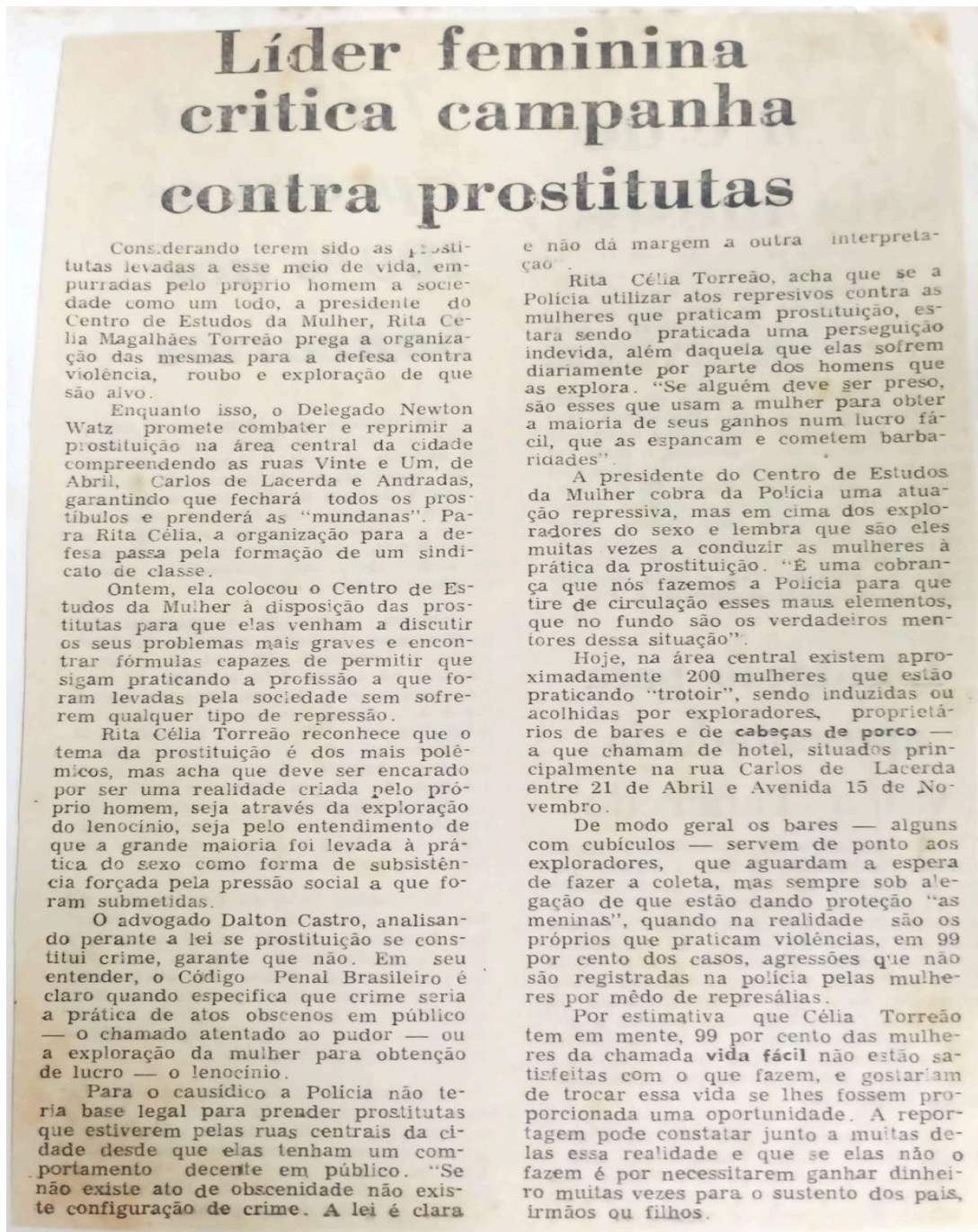
Um exemplo de enfrentamento às desigualdades promovido pelo grupo refere-se à pesquisa sobre violência contra mulheres realizada em Campos dos Goytacazes em 1986. De acordo com a entrevistada, o trabalho surgiu em um contexto em que “*havia muita publicação, se falava muito sobre violência da mulher [...] e a gente recebia muita informação, às vezes, em off, de casos de violência contra mulheres em Campos, inclusive mulheres da sociedade, mas que não denunciavam, porque tinham vergonha*”. Diante desse cenário, o coletivo decidiu sistematizar dados existentes na imprensa local, realizando um levantamento de casos noticiados em jornais da cidade, com informações sobre idade das vítimas, relação com o agressor, consequências e desfechos jurídicos.

A iniciativa, conduzida majoritariamente por mulheres do grupo Palavra da Mulher, representou uma forma pioneira de pesquisa-ação feminista, articulando investigação empírica e intervenção política. Segundo a entrevistada, “*a gente começou a pesquisar nos jornais todos os casos que eram noticiados [...] e fez um levantamento estatístico*”, enfrentando, inclusive, ameaças e tentativas de silenciamento durante o processo. Essa prática evidencia o que Santos e Oliveira (2022, p. 121) descrevem como “ações de enfrentamento estrutural às desigualdades”, nas quais o ato de produzir conhecimento se converte em instrumento de denúncia e transformação social. Ao mapear a violência de gênero na cidade, o grupo não apenas expôs uma realidade silenciada, mas também questionou as estruturas que naturalizavam a impunidade e o silêncio das vítimas, sobretudo entre as classes médias e altas. Assim, a pesquisa se consolidou como estratégia política de visibilização das desigualdades, contribuindo para a formação de um repertório local de resistência feminista.

Outro episódio emblemático do enfrentamento às desigualdades empreendido pelo grupo pode ser observado na postura pública assumida pela presidente do Centro de Estudos da Mulher (CEM), diante da repressão policial às mulheres em situação de prostituição. Em reportagem publicada pelo jornal Folha da Manhã (Figura 8), Rita Célia criticou abertamente a política de fechamento de prostíbulos e prisões de mulheres na área central da cidade,

denunciando o caráter seletivo e moralista da ação policial. Para ela, a repressão “*tem sido praticada uma perseguição indevida, além daquela que elas sofrem diariamente por parte dos homens que as exploram*” (Folha da Manhã, 1984).

Figura 8: Crítica à campanha contra prostitutas - Jornal Folha da Manhã (1984)

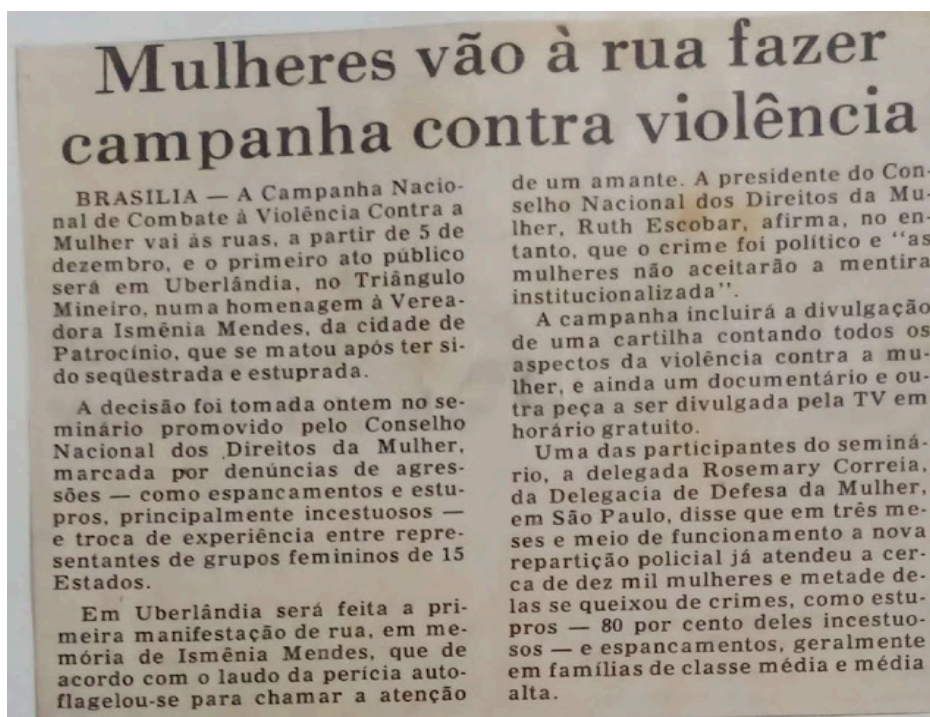


Fonte: Acervo da entrevistada (1984)

A líder feminista defendeu que o problema da prostituição deveria ser entendido a partir das condições econômicas e sociais que levam as mulheres a essa prática, e não como questão de ordem penal ou moral. Em suas palavras, a solução passava por “*formação e sindicalização de classe*”, demonstrando uma leitura estrutural da desigualdade de gênero e da exclusão social. Essa perspectiva evidencia uma ação feminista ancorada na crítica à dupla moral sexual e jurídica, que criminaliza as mulheres enquanto isenta os exploradores e consumidores do sexo pago. A atuação do CEM nesse episódio revela uma forma de enfrentamento simbólico e político das desigualdades, pois ao intervir no debate público, o grupo deslocou o foco da repressão para as condições de vulnerabilidade e de exploração. Essa postura, conforme argumentam Santos e Oliveira (2022, p. 121), representa uma prática feminista que “questiona as hierarquias morais e institucionais que sustentam a desigualdade, ampliando as fronteiras da cidadania”.

Esse engajamento do grupo em torno da temática da violência dialogava diretamente com o cenário nacional de mobilização feminista. A reportagem publicada pelo jornal Folha da Manhã (Figura 9) registra o início da Campanha Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher, lançada em dezembro de 1985 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O movimento, que contou com atos públicos em diversas cidades, como Uberlândia e São Paulo, buscava denunciar casos de estupro, espancamento e assassinato de mulheres, destacando que tais práticas eram sustentadas por estruturas institucionais de desigualdade.

Figura 9: “Mulheres vão à rua fazer campanha contra violência” - Jornal Folha da Manhã (1985)

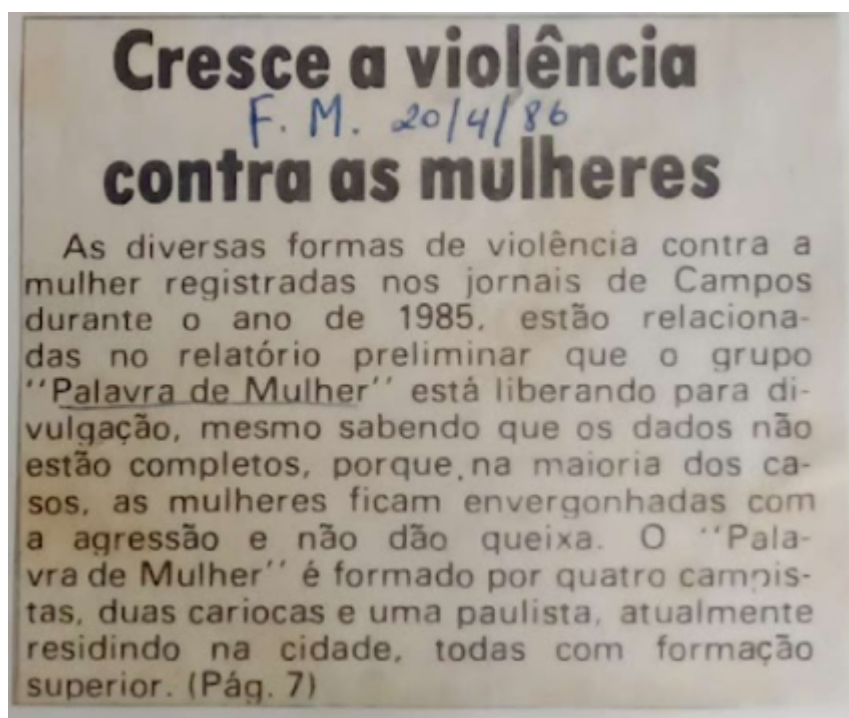


Fonte: Acervo da entrevistada (1985)

Ao citar a declaração de Ruth Escobar, então presidente do CNDM, de que “*as mulheres não aceitarão a mentira institucionalizada*” (Folha da Manhã, 1985), o texto evidencia o caráter político e simbólico dessa campanha, que transformou o enfrentamento da violência em uma bandeira nacional de resistência e cidadania feminina. Essa perspectiva ressoa fortemente com a atuação do CEM/Palavra da Mulher em Campos dos Goytacazes, cujo levantamento sobre violência local se inseria na mesma lógica de visibilizar o problema e romper com o silêncio social.

A repercussão dessa agenda nacional pode ser observada de maneira concreta na reportagem publicada pelo jornal Folha da Manhã, em 20 de abril de 1986 (Figura 10), que noticia a divulgação de um relatório preliminar elaborado pelo grupo Palavra da Mulher. O documento, fruto do levantamento sistemático realizado em jornais locais ao longo de 1985, registrava casos de agressão, violência doméstica e feminicídio em Campos dos Goytacazes. A matéria reconhece a relevância da iniciativa, destacando que, embora os dados não fossem completos, em razão do silêncio e da vergonha social que impediam muitas mulheres de denunciar, o grupo se empenhava em tornar pública uma realidade até então invisibilizada.

Figura 10: “Cresce a violência contra as mulheres” - *Jornal Folha da Manhã* (1986)



Fonte: Acervo da entrevistada (1986)

Esse gesto de coleta, sistematização e difusão de informações revela uma forma singular de enfrentamento das desigualdades de gênero: o uso da pesquisa como ferramenta política. Como aponta Scott (1990), o conhecimento produzido a partir da experiência feminina transforma-se em instrumento de resistência, pois rompe com os discursos dominantes que naturalizam a subordinação das mulheres. O trabalho do grupo Palavra da Mulher, ao mapear as violências noticiadas, não apenas produziu dados empíricos sobre a condição feminina no município, mas também politizou o ato de pesquisar, convertendo-o em uma prática de denúncia e reivindicação por políticas públicas de proteção.

A atuação do grupo também se expressava por meio de ações educativas e formativas, que buscavam enfrentar a desigualdade de gênero em múltiplas dimensões, do trabalho ao cotidiano doméstico. As atas e entrevistas analisadas evidenciam a preocupação constante em discutir temas como a violência doméstica, o aborto, a desvalorização das profissões femininas e a diferença salarial. Em uma das reuniões, por exemplo, a entrevistada relata que as militantes registraram que era necessário lembrar que “mulher também tinha direito de

estudar e trabalhar”, reafirmando a importância da autonomia econômica e intelectual como condição de emancipação.

O grupo também denunciava a desigualdade salarial entre homens e mulheres, um tema que atravessava as discussões sobre o trabalho feminino. Como apontado em ata, as participantes observavam que profissões majoritariamente femininas, como o magistério, “*não eram vistas como profissionais, educadoras, e sim como segunda mãe*” (Ata 12^a), o que evidencia a persistência de estereótipos de gênero que associavam o trabalho da mulher à extensão do cuidado doméstico. Essa crítica dialoga com Kergoat (2009), ao afirmar que a divisão sexual do trabalho não se restringe ao espaço produtivo, mas estrutura toda a organização social, legitimando desigualdades materiais e simbólicas.

Outro ponto central das reuniões foi o enfrentamento das violências contra mulheres e crianças, temas presentes em diversas atas e debates públicos. O registro da Ata 8^a menciona a campanha “*Quem ama não mata*”, que circulava nacionalmente na década de 1980 como um dos primeiros movimentos de denúncia do feminicídio no Brasil, inspirando ações locais de sensibilização. Essa articulação mostra como o grupo estava inserido em uma rede feminista ampliada, reproduzindo e adaptando pautas nacionais à realidade de Campos dos Goytacazes.

A Ata 14^a e a Ata 17^a revelam ainda a preocupação do coletivo em dar voz às mulheres das classes populares, por meio de entrevistas com empregadas domésticas e mulheres em situação de vulnerabilidade, o que denota um esforço de democratização do debate feminista. Essa perspectiva plural, que reconhece a intersecção entre gênero, classe e violência, antecipa formulações posteriores sobre o feminismo interseccional, ao compreender que as desigualdades de gênero são vividas de maneira distinta conforme as posições sociais das mulheres (Crenshaw, 1989).

O trabalho de levantamento e sistematização dos casos de violência — como já discutido anteriormente — constitui o ápice desse processo de enfrentamento estruturado das desigualdades. Como relata a entrevistada, “*nós começamos em 1986 a pesquisar nos jornais todos os casos que eram noticiados sobre violência contra mulheres [porque] escutávamos muito sobre casos de mulheres, inclusive famosas, mas que não denunciavam porque tinham vergonha*”. Essa prática evidencia uma compreensão profunda de que a violência é também

uma questão política, e que a denúncia pública constitui um ato de resistência frente à cultura do silêncio e da impunidade.

Além dos desafios relacionados à mobilização e à visibilidade pública, o enfrentamento às desigualdades também implicou riscos pessoais e simbólicos para as militantes do grupo. A entrevistada relata que, durante a pesquisa sobre violência contra a mulher, *“a gente recebeu muita ameaça também para ficar quieto, para parar a pesquisa”*. As ameaças, feitas por telefonemas e recados anônimos, ilustram a resistência social a iniciativas que desestabilizavam o imaginário tradicional sobre o papel feminino e denunciavam práticas naturalizadas de violência e silenciamento.

Esses episódios expressam o que Gohn (2011) define como dimensão conflitiva da ação coletiva, em que o ato de intervir publicamente sobre temas considerados “privados” — como a violência doméstica — transforma-se em um gesto político de ruptura. Em um contexto conservador como o campista, tal enfrentamento implicava não apenas contestar estruturas institucionais, mas também desafiar normas morais e de gênero, o que, como mostra o depoimento de Vera, gerava reações de intimidação e tentativas de deslegitimação.

CONCLUSÃO

O foco desta pesquisa foi o movimento feminista em Campos dos Goytacazes durante os anos de 1980. A cidade, marcada por fortes tradições conservadoras, viu emergir grupos de mulheres que romperam com o silêncio e passaram a articular-se politicamente. Esses grupos feministas promoveram debates, palestras e eventos públicos, articularam redes de solidariedade e realizaram pesquisas pioneiras, como o levantamento sistemático de casos de violência contra a mulher noticiados pela imprensa local. A atuação das integrantes foi marcada pela resistência, enfrentando tanto o conservadorismo da sociedade campista quanto as ameaças veladas que buscavam silenciar suas iniciativas.

A reconstrução da trajetória do Centro de Estudos da Mulher/Palavra da Mulher, entre 1983 e 1986, permitiu compreender como o feminismo campista se constituiu como um movimento político, simbólico e educativo, capaz de produzir fissuras em uma sociedade marcada por estruturas conservadoras e pela invisibilização das mulheres nos espaços públicos. Por meio da análise das atas e entrevistas, foi possível identificar repertórios de ação, formas de organização e processos de formação política que contribuíram para a consolidação de uma identidade coletiva feminista local. Esse movimento, ainda que pequeno em número, revelou grande densidade política e afetiva, articulando reflexão teórica, militância de base e ações públicas de enfrentamento às desigualdades de gênero.

A pesquisa evidenciou também que, embora o lema inscrito na bandeira do município — *“Ipsae matronae hic pro jure pugnant”* (“Mesmo as mulheres aqui lutam pelo direito”) — evoque uma tradição simbólica de protagonismo feminino, a realidade política de Campos dos Goytacazes ainda expressa uma sub-representação significativa das mulheres nos espaços de decisão institucional, como a Câmara de Vereadores e demais arenas de poder. Essa contradição revela o abismo entre a memória heróica das “matronas” e as barreiras concretas enfrentadas pelas mulheres contemporâneas para exercer a representação política e ocupar lugares de fala legitimados. O grupo estudado, ao promover debates, intervenções e alianças com sindicatos, universidades e movimentos sociais, buscou tensionar justamente esses limites, reivindicando um espaço que, historicamente, lhes foi negado.

A atuação do CEM/Palavra da Mulher, portanto, pode ser compreendida como uma experiência fundadora de cidadania e resistência local, que ampliou o repertório democrático

da cidade ao colocar em pauta temas antes silenciados, como a violência doméstica, a desigualdade salarial e o direito das mulheres à educação e ao trabalho. As ações do grupo demonstram que o feminismo, em Campos dos Goytacazes, não foi um reflexo tardio dos grandes centros, mas uma expressão autônoma e criativa de um projeto político enraizado na realidade campista, que soube articular o local e o nacional, o pessoal e o coletivo, o privado e o público.

Embora este trabalho tenha evidenciado a potência das ações desenvolvidas pelo CEM/Palavra da Mulher, é importante registrar que o grupo encerrou suas atividades formais ao final de 1986, poucos anos após sua formação. Segundo o depoimento analisado, o encerramento não ocorreu de maneira abrupta, mas como um processo gradual marcado pelo esgotamento das condições materiais e simbólicas necessárias para a continuidade. A entrevistada relata que, após um período de intensa atuação, *“as pessoas começaram a seguir outros caminhos, algumas mudaram de cidade, outras começaram a trabalhar mais, outras tiveram filhos”*, indicando que demandas pessoais e mudanças nos ciclos de vida das integrantes influenciaram diretamente a capacidade organizativa do grupo.

Ao longo da pesquisa, constatou-se também uma lacuna significativa de estudos sobre os movimentos feministas no município, especialmente sobre o período das décadas de 1980 e 1990, marcadas por efervescência política e redemocratização do país. Resgatar essa história é, portanto, um gesto político e acadêmico de reparação, um modo de inscrever na memória institucional e social da cidade as vozes, os corpos e as práticas dessas mulheres que lutaram por seus direitos. Manter viva essa memória significa reconhecer que a luta feminista campista não se encerrou naquelas décadas: ela segue presente, inspirando novas formas de engajamento, crítica e participação política.

Assim, este trabalho não apenas reconstrói uma trajetória esquecida, mas também reafirma a importância da história das mulheres como parte constitutiva da história pública e política de Campos dos Goytacazes. Ao revisitar o passado do CEM/Palavra da Mulher, reafirma-se que o feminismo local foi, e continua sendo, uma prática de resistência cotidiana, um exercício de construção de sentido coletivo e um convite permanente à democratização das relações de poder nas ruas, nas instituições e nas consciências.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. **Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 abr. 2005.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

CAMPOS, Mariana de Lima. **Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas**. *Revista Sociais & Humanas*, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 35–53, 2017. DOI: 10.5902/231717582731.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de Oliveira; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. **Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa**. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.43, p.98-111, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6–19, 2017. ISSN 2317-4919.

COSTA, Ana Paula; VIEIRA, Ana Tércia (Orgs.). **Mulheres da Governança**. Rio de Janeiro: Women&Go, 2023. E-book.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A BlackFeminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, p. 538–554.

CRIZOSTOMO, José Henrique Mendes. **Silêncio e participação: uma investigação da atuação política feminina em Campos dos Goytacazes**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Regina H. **Feminismo e comunicação: percursos e desafios**. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs.). *Feminismo, comunicação e poder*. Salvador: NEIM/UFBA, 2003. p. 45–60.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7–41, 1995.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle (orgs.). *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 55–74.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1974.

LIBARDONI, Marlene. **Fundamentos teóricos e visão estratégica da *advocacy***. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 207–221, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2000000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2025.

LIMA, Andréa Moreira; LINO, Tayane Rogéria; NATIVIDADE, Cláudia; BORGES, Luiz Sérgio. **Epistemologias feministas e ciência psicológica: notas para uma psicologia social crítica feminista**. In: LIMA, Andréa Moreira; LINO, Tayane Rogéria; CARDOSO, Luiz Felipe Viana; MARRA, Manoela Costa (orgs.). *Psicologia social crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2019. v. 6, p. 54–72.

MELUCCI, A. (1996) **Challenging codes**. Cambridge/New York: Cambridge University Press.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Tradução de Suely Bastos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 17, p. 49–66, jun. 1989.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESSANHA, Yvan Senra. **Campista: nem fiado, nem à vista**. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 1999.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Processos de diferenciação dos movimentos sociais do campo no Sul do Brasil: identidade, articulação política e projeto**. *Raízes*, Campina Grande, v. 26, n. 1–2, p. 46–58, jan./dez. 2007.

PITANGUY, Jacqueline. **Mulheres, Constituinte e Constituição**. In: ABREU, Maria Aparecida (Org.). *Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. Brasília: Ipea, 2011. p. 17–46.

PITANGUY, Jacqueline. **O feminismo no Brasil: uma visão panorâmica**. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 29–52.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Maria do Socorro. **Gênero, movimentos sociais e enfrentamento das desigualdades: notas para uma análise contemporânea**. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 46, n. 1, p. 115–130, 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate**. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 9–24, abr. 2011. DOI: 10.5007/2175-7984.2011v10n18p9.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5–22, jul./dez. 1990.

SOUZA, Renato Barreto de. **Silêncio e participação: a inserção da mulher na política campista**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2011.

TUZZO, Simone A.; BRAGA, Claudomilson F. **O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese.** *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 140–158, ago. 2016. ISSN 2525-8222.